



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga Teresina-PI – CEP: 64049-550
(86) 3237-1955 - E-mail: parfor@ufpi.edu.br

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**



TERESINA – 2018

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Piauí do Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado em primeiro semestre de 2019.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR**

REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. André Macedo Santana

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Lucas Lopes de Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. João Xavier da Cruz Neto

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regina Lúcia Ferreira Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Cleânia de Sales Silva

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Adriana de Azevedo Paiva

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Nelson Juliano Cardoso Matos

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Maráisa Lopes

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Mirtes Gonçalves Honório

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Lucyana Oliveira Barbosa

Diretora de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Josânia Lima Portela Carvalhedo

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Ana Caroline Moura Teixeira

Assistente do Pró-Reitor

**CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR**

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Carlos Sait Pereira de Andrade

VICE-DIRETORA

Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

COORDENADORA GERAL DO PARFOR

Maria da Gloria Duarte Ferro

COORDENADORA DO CURSO

Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana

SUBCOORDENADOR DO CURSO

Prof. Ms. Wesley Pinto Carneiro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Núcleo Docente Estruturante - NDE

Profa. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela (presidente)

Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello

Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana

Profa. Dra. Cláudia Maria Sabóia de Aquino

Profa. Dra. Iracilde Maria de Moura Fé Lima

Profa. Dra. Maria Valdirene Araújo Rocha Moraes

Prof. Dr. Raimundo Wilson Pereira dos Santos

Relatoras

Profa. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela

Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello

Colaboradores

Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

Prof. Dr. Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque

Prof. Dr. Gustavo Souza Valladares

Prof. Esp. Manoel Nascimento

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo

Prof. Ms. Wesley Pinto Carneiro

Adaptação para o Parfor/UFPI

Profa. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP:
64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Geografia

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS

CÓDIGO DO CURSO: 495

CRIAÇÃO DO CURSO: Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.

RECONHECIMENTO DO CURSO: Decreto Nº 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. Portaria Nº 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. Portaria SERES/MEC Nº1.098. Publicação: 28/12/2015 (Republicada: 30/12/2015).

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Geografia

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Duração	Integral	Noturno
Mínima	4 anos	4 anos
Média	5 anos	5 anos
Máxima ¹	6 anos	6 anos

ACESSO AO CURSO: Através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR – via processo seletivo, pelo site da Plataforma Freire.

REGIME LETIVO: Créditos/Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNO(S) DE OFERTA: Integral (matutino e vespertino).

VAGAS AUTORIZADAS: 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Freire e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR	Nº. de horas/aula
Disciplinas obrigatórias carga horária teórica	1545
Disciplinas obrigatórias carga horária prática*	510
Disciplinas optativas carga horária teórica e prática	210
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão – ACE	330
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC	200
TOTAL	3.200

* Incluindo a Prática como Componente Curricular – PCC (405h).

¹ Para os alunos com necessidades educacionais especiais, a integralização do curso terá duração máxima de até 50% a mais do prazo máximo de permanência no curso.

SIGLAS

ACE	–	Atividades Curriculares de Extensão
CAD	–	Conselho de Administração
CAGEO	–	Centro Acadêmico de Geografia
CEO	–	Coordenação de Estágio Obrigatório
CAPES	–	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CMPP	–	Campus Ministro Petrônio Portella
CCE	–	Centro de Ciências da Educação
CCHL	–	Centro de Ciências Humanas e Letras
CCS	–	Centro de Ciências da Saúde
CEPEX/UFPI	–	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI
CES	–	Câmara de Educação Superior
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CCN	–	Centro de Ciências da Natureza
CONSUN	–	Conselho Universitário
DCN	–	Diretrizes Curriculares Nacionais
DGH	–	Departamento de Geografia e História
DMTE	–	Departamento de Métodos e Técnicas
DOU	–	Diário Oficial da União
ENADE	–	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	–	Exame Nacional do Ensino Médio
FAFI	–	Faculdade de Filosofia do Piauí
FORLIC	–	Fórum de Licenciaturas - UFPI
FUFPI	–	Fundação Universidade Federal do Piauí
IBGE		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	–	Instituição de Ensino Superior
LDBEN	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	–	Língua Brasileira de Sinais
LIFE	–	Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
MEC	–	Ministério da Educação
NDE	–	Núcleo Docente Estruturante
PIBID	–	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBIC	–	Programa institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PDE	–	Programa de Desenvolvimento da Educação
PDI	–	Programa de Desenvolvimento Institucional
PNE	–	Programa Nacional de Educação
PPC	–	Projeto Pedagógico de Curso
PPGED	–	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGCOM	–	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPGCEO	–	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPI	–	Prática Pedagógica Interdisciplinar
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
PREG	–	Pró-reitora de Ensino de Graduação
PREXC	–	Pró-reitora de Extensão e Cultura
PRP	–	Pró-reitora de Pesquisa
PRPG	–	Pró-reitora de Pesquisa de Graduação
PSIU	–	Programa Seriado de Ingresso na Universidade
REUNI	–	Programa de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	–	Sistema de Seleção Unificada
TCC	–	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	–	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPI	–	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO LOCORREGIONAL E INSTITUICIONAL E AS DEMANDAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ	11
1.1 O contexto piauiense e a emergência da implantação do PARFOR	11
1.2 Trajetórias e estrutura organizacional da UFPI	18
1.3 O contexto regional do estado do Piauí e a relação com o curso de Geografia	26
2 HISTÓRICO DO CURSO	28
3 JUSTIFICATIVA PARA REFORMULAÇÃO DO PPC	29
4 PRINCÍPIOS CURRICULARES	35
5 OBJETIVOS	40
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	40
7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	41
8 ESTRUTURA CURRICULAR	41
8.1 Formas de acesso ao curso	42
8.2 Corpo docente	42
8.3 Matriz Curricular	42
8.4 Equivalências entre as disciplinas do currículo anterior e o atual	47
8.5 Disciplinas com carga horária Prática como Componente Curricular	49
8.6 Estágio Supervisionado Obrigatório	49
8.6.1 Dos princípios e dos objetivos	50
8.6.2 Das condições de realização do Estágio Supervisionado Obrigatório	51
8.6.3 Da organização do Estágio Supervisionado Obrigatório	51
8.6.4 Do estudante estagiário	52
8.6.5 Do supervisor de campo de Estágio Supervisionado Obrigatório	52
8.6.6 Campo de Estágio Supervisionado Obrigatório	53
8.6.7 Da avaliação	53
8.6.8 Definição dos Termos	54
8.7 Atividade Curriculares de Extensão (ACE)	55
8.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	56
8.8.1 A organização	57
8.8.2 A orientação	57
8.8.3 As Competências	57
8.8.3.1 <i>Compete ao Coordenador de TCC</i>	57
8.8.3.2 <i>Compete ao professor orientador</i>	58
8.8.3.3 <i>Compete ao orientando</i>	58
8.8.4 Da apresentação	58
8.8.5 A avaliação	60
8.9 Orientações Acadêmicas	60
8.10 Infraestrutura do Curso	60
8.11 Coordenação pedagógica e administrativa do Curso	60
8.12 Atividades complementares (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais) (200 horas-aula)	60
8.12.1 Atividades de Iniciação à docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais, monitorias, PET e PIBID	62
8.12.2 Atividades de Pesquisa: Programas de Iniciação Científica	63
8.12.3 Atividades de participação e/ou organização de eventos	64
8.12.4 Atividades de Extensão: cursos/atividades em áreas afins	65

8.12.5 Experiências profissionais e/ou complementares	65
8.12.6. Trabalho de campo geográfico	65
8.12.7 Trabalhos Publicados	66
8.12.8 Visitas técnicas	66
8.12. 9 Atividades de Gestão	66
8.12.10 Atividades Artístico-culturais, Esportivas e Produções Técnico-científicas	66
8.12.11 Disciplina eletiva	67
9 APOIO AO DISCENTE	70
9.1 Atividades de apoio didático/nivelamento	71
9.2 Atividades Extracurriculares	71
10 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	71
11 METODOLOGIA DE ENSINO	103
11.1 Opções teórico-metodológicas	104
11.2 Ensino-aprendizagem	104
11.2.1 O papel do aluno	105
11.2.2 O papel do professor	105
12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	107
12.1 Avaliação Institucional	107
12.1.1 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI	108
12.2 Desenvolvimento Metodológico	109
12.2.1 Contextualização do Objeto de Avaliação	109
12.3 A Avaliação da aprendizagem no curso de Geografia	110
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	112
APÊNDICE A - Fluxograma do Curso de Licenciatura em Geografia	118

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no contexto da Universidade Federal do Piauí (UFPI), considerando os novos desafios apresentados à Educação Superior (especialmente no que toca à formação de professores em efetivo exercício na sala de aula), em face das intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que têm ocorrido na sociedade contemporânea e, de modo especial, na conjuntura social, cultural e educacional do estado do Piauí, propõe, em consonância com as novas Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) para a formação inicial e continuada em nível superior (instituídas pela Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015) e com a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, ofertado em períodos de férias escolares (meses de janeiro, fevereiro e julho), nos turnos matutino e vespertino.

Assim, de modo geral, a elaboração deste documento é resultante do processo de discussão desenvolvido no âmbito do Fórum das Licenciaturas (FORLIC), presidido pela PREG, cuja composição reúne os coordenadores dos cursos de licenciatura da UFPI e, de modo particular, pelo trabalho desenvolvido pela Coordenação, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), professores do curso de Geografia e pelo apoio discente do Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO). O PPC assenta-se em preceitos curriculares e no aporte teórico-metodológico, ético e político orientador do perfil profissional do docente de Geografia que será formado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A proposta de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (doravante PPC) ora apresentada encontra ressonância na já aludida Resolução CNE nº 2/2015 e nos demais dispositivos legais específicos, notadamente na Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988; na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; na Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009, que instituiu o PARFOR no âmbito do Ministério da Educação - MEC; no Programa Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis nºs 9.394/1996 e 11.494 de 20 de junho 2007; na Portaria CAPES nº 82, de 17 de abril de 2017, que aprova o Regulamento do PARFOR; na Portaria CAPES nº 159, de 17 de abril de 2017, que altera a Portaria CAPES nº 82/2017 no

atual Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, editado pelo Instituto Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP), aprovado conforme Portaria MEC nº. 1.383, de 31 de outubro de 2017.

Segue também de forma complementar a legislação interna da UFPI, especialmente, a Resolução CEPEX/UFPI nº 177, de 05 de novembro de 2012, que aprova a atualização das normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI; a Resolução Conjunta Conselho Diretor – CONSUN/UFPI nº 002/2015, de 15/07/2015, que aprova o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019); a Resolução CEPEX/UFPI nº 220, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI; as discussões e decisões do Fórum de Licenciaturas da UFPI (FORLIC); além da Resolução CNE/CP 02/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Neste PPC, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os cursistas sejam preparados para qualificar o exercício da docência na escola básica, assumindo o compromisso com a formação continuada, com vistas a se tornarem capazes de pensar e agir diante dos problemas educacionais brasileiros e, em particular, no contexto sociocultural no qual estão imersos, segundo prescrevem as diretrizes e os parâmetros curriculares da educação nacional.

Este documento estrutura-se em tópicos conforme determina a Resolução CEPEX/UFPI nº 220/2016 e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância (INEP, 2015), a saber: apresentação, contextualização da instituição, histórico do curso, justificativa, princípios curriculares, objetivos, perfil profissional do egresso, competências e habilidades, estrutura curricular, apoio ao discente, Ementa das disciplinas, metodologia de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia consultada.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO LOCORREGIONAL E INSTITUCIONAL E AS DEMANDAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1 O CONTEXTO PIAUIENSE E A EMERGÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARFOR

O Piauí² está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior Estado nordestino em área territorial (251.611.929 km²). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros territórios. Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semi-árido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

De acordo com último censo demográfico (2010), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

Para fins de planejamento governamental, o Estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense.), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim³ -, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolândia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato. As Mesorregiões, os Territórios e as Microrregiões geográficas do Piauí estão ilustrados nas Figuras 1, 2 e 3.

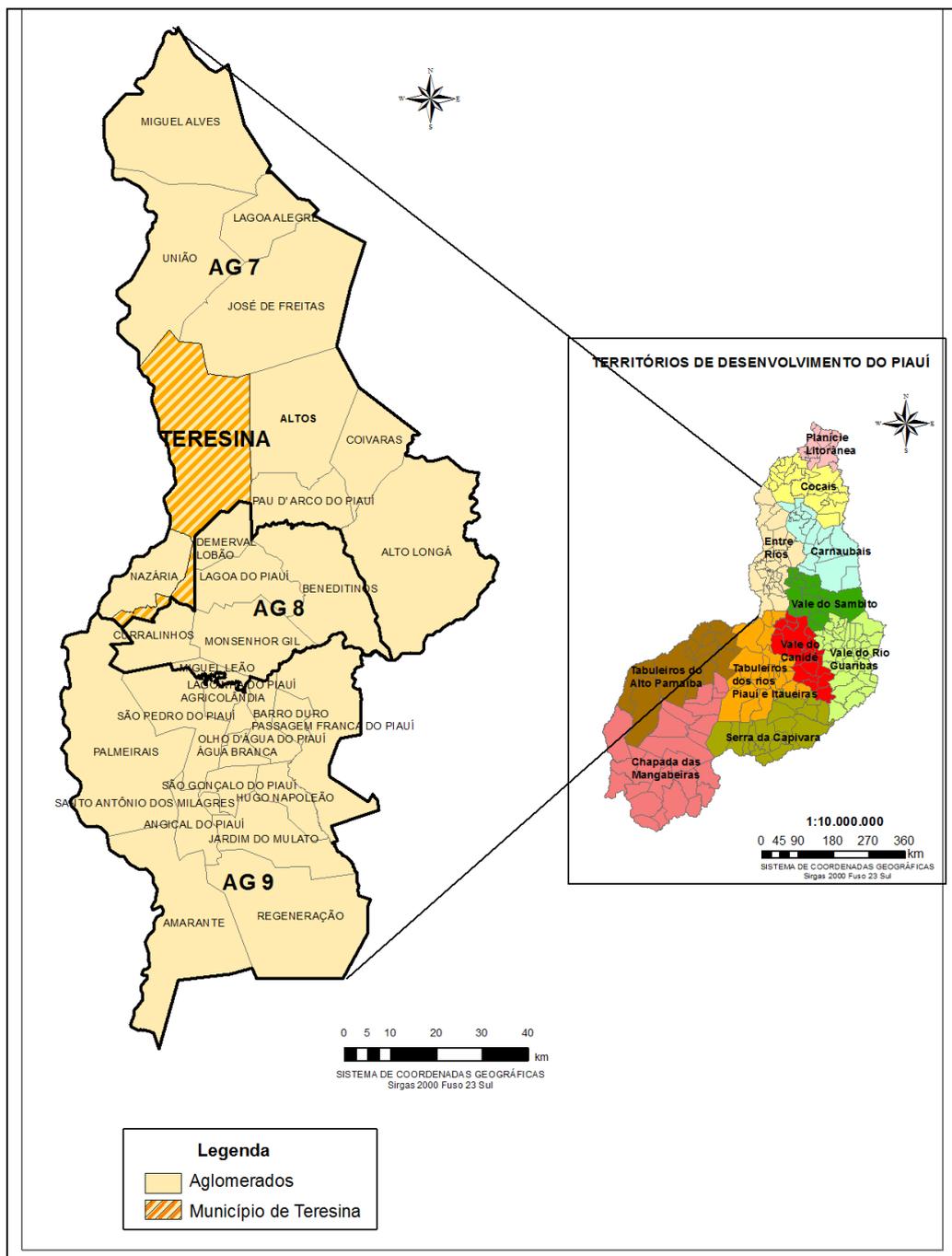
² O vocábulo Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subafluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos Piaus, rio dos peixes pintados (SEPLAN-PI).

³ O processo de criação do Território Chapada Vale do Rio Itaim foi iniciado em 2003, mas só foi concretizado em 2016. Fundamentou-se no propósito de o governo do Estado planejar melhor o desenvolvimento dos municípios, tendo em vista que o território do Vale do Guaribas era muito extenso, abrangendo 39 municípios piauienses.

Figura 1 – Mesorregiões geográficas piauienses

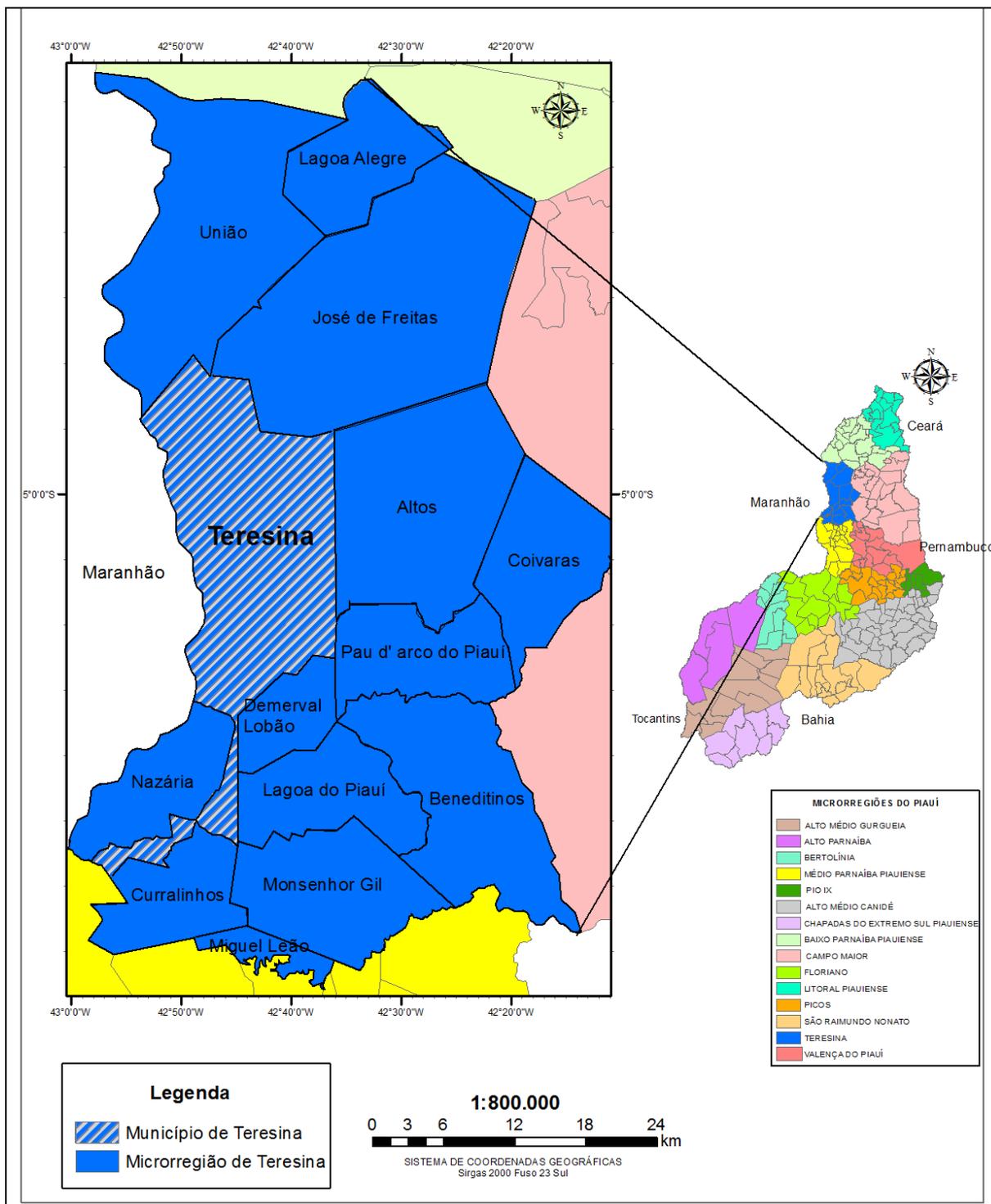
Fonte: IBGE (2010).

Figura 2 – Territórios de Desenvolvimento do Piauí, com destaque para Teresina - PI



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

Figura 3 – Microrregiões geográficas piauienses, com destaque para Teresina - PI



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século

XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo⁴. Em 16 de agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por Cidade Verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

As principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas-, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, a pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

No ranking do país é o 18º estado mais populoso, o 17º em número de matrículas efetivadas no ensino fundamental e 11º em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25ª colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas.

Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de um terço da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima da média nacional que é 15,2%, enquanto que no Piauí é mais que o dobro, chegando a 34,1%. A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que é 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é 6,6%.

Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira geram reflexos em outros indicadores sociais, como, por exemplo, a esperança de vida, de aproximadamente 71 anos do estado, contra 74 da média do país, e a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de 9,2 anos, também menor que a do país, que é de 9,5

⁴ A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

anos. Apesar da pequena diferença de 0,3 é o estado brasileiro com o índice mais baixo no tocante a anos de estudos.

De acordo com o Censo Escolar de 2015, o desempenho estadual na educação do Piauí tem apresentado leve melhora em seus índices ao longo dos anos. Contudo, suas notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) revelam que, grosso modo, o estado tem-se mantido abaixo dos resultados alcançados pela Região Nordeste e pelo país como um todo.

Cabe ressaltar que em 2015 o estado apresentou aumento em seu desempenho, aproximando-se mais dos resultados obtidos pela Região Nordeste. Entretanto, apesar dessa leve melhora ao longo dos anos, o Piauí continua com rendimento abaixo da média do Nordeste e da média nacional. Suas taxas de aprovação, abandono e distorção idade-série também continuam piores do que a média do país. A melhoria da qualidade da educação passa inevitavelmente pela sólida formação desses professores.

No tocante à formação de professores da educação básica, estudo recente do INEP (2018) demonstrou que a escolaridade do professor em 2017 é predominantemente de nível superior em todas as etapas de ensino, sendo que a maior parte é em licenciatura. Os dados agregados de escolaridade de professor demonstram que em todas as regiões brasileiras existe a tendência de redução dos percentuais de professores com escolaridade em nível fundamental e médio, associada à tendência de aumento progressivo de formação em nível superior.

Os percentuais apresentados pelo INEP demonstram um crescimento evidente da quantidade de professores formados em nível superior (17,1 pontos percentuais entre 2009 e 2017), indicando também que as redes de ensino vêm, aos poucos, se adequando às exigências estabelecidas pela legislação vigente.

Esse crescimento da formação em nível superior ao longo dos últimos oito anos está associado ao investimento em política de formação de professores, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu como requisito mínimo para o professor atuante na educação básica a formação “[...] em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, [...] admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal” (BRASIL, 2016, p. 20).

Em face da LDB nº 9.394/96, o estímulo à formação de professores priorizou o acesso a níveis superiores e a programas de aperfeiçoamento e, desse modo, no final da década de

1990, diversos programas de formação inicial e continuada foram criados, em instituições de educação superior, tanto na modalidade presencial como a distância.

O crescimento de políticas públicas educacionais voltadas para a formação de professores da educação básica fez com que houvesse uma expansão no número de oferta de vagas e de matrículas na educação superior, visando oferecer uma formação superior inicial e continuada, fato este que se articula com o surgimento do PARFOR, instituído por meio da Portaria Normativa n.º. 9 de 30 de junho de 2009, objetivando corrigir o quadro deficitário histórico da formação de professores existente no país e promover a melhoria da qualidade da educação básica pública.

O PARFOR foi instituído por meio da Portaria Normativa n.º. 9 de 30 de junho de 2009, como ação conjunta do MEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IES) neles sediadas, com a finalidade de atender à demanda por formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de educação básica.

1.2 TRAJETÓRIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI⁵

A UFPI é a principal Instituição de Educação Superior (IES) do Estado do Piauí e o seu Campus sede, intitulado Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga. À luz das disposições estatutárias, a UFPI é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI).

Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 4.

Segundo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao seu PDI/2015-2019, a UFPI deseja ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável, e, para tanto, define a sua missão nos seguintes termos:

⁵ Texto adaptado do PDI da UFPI (2015 – 2019).

A UFPI adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo, e é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968.

A FUFPI, de acordo com o seu Estatuto, é administrada pelo Conselho Diretor (CD), presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 209, em 22 de dezembro de 1969.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D'Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

O credenciamento da UFPI ocorreu em 1945, através do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro, como Faculdade isolada, e foi recredenciada em 1968 como Universidade pela Lei 5.528, de 12 de novembro, englobando as unidades de ensino superior até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba. Apesar de ter recebido visita de recredenciamento em março de 2009, o documento regulatório só foi editado em 18 de maio de 2012, através da Portaria MEC nº 645, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 97, de 21 de maio de 2012 (Secção 1, página 13), através da qual a UFPI foi recredenciada por um período de dez anos.

A sua estruturação foi efetivada em unidades básicas de ensino de acordo com as áreas de conhecimento, denominadas departamentos que, por sua vez, se uniram e passaram a formar unidades de ensino mais abrangentes que, no Campus sede, foram denominadas de Centros.

O seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações através das Portarias MEC n°s 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02/06/78, e 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU n° 26, de 08/02/1993.

A reformulação, objetivando a adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), foi autorizada pela Resolução CONSUN n° 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer CNE n° 665/95, aprovado pela Portaria MEC n° 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n° 147-E, de 03/08/99.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN n° 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n° 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 (BRASIL, 1978a) e alterado pela Portaria MEC n° 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

No período de 1971 a 2005 a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI (2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), conhecido como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual a UFPI ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) perseguindo os mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial.

Inicialmente, foi criado o curso Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.

A partir de 2006 ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de formação de docentes da UFPI, em decorrência da adesão ao Programa de Apoio a Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações que dotem as universidades federais das condições necessárias para garantir o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a

⁶ O REUNI foi instituído pelo Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o PDE.

promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no país, de forma a consubstanciar o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE - Lei nº 10.172/2001) (BRASIL, 2011a).

Nesse sentido, considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Com a adesão ao REUNI, a UFPI expandiu sua oferta, com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantação de dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, estando a 635 km de Teresina, e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, ficando a 234 km da capital. O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e em Floriano se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) Cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura⁷.

Para EaD foram oferecidas nesse mesmo ano um total de 3.000 (três mil) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, tanto na sede dos Campi como em outros municípios, perfazendo 316 (trinta e seis) Polos situados em 36 (trinta e seis) diferentes cidades do Estado do Piauí.

Para ingresso nos cursos de Pós-Graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de educação básica (ensino médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Na vigência do PDI/2010-2014 (BRASIL, 2014) as vagas para o ensino de graduação foram elevadas e no tocante à pós-graduação, as vagas também foram gradativamente aumentadas conforme demonstrado nos Quadros 1 e 2.

⁷ Inclui-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos Campi ou de turno num mesmo Campus (PDI – UFPI / 2015 – 2019).

Quadro 1 – Evolução do número de cursos e vagas no ensino de graduação, quinquênio 2010-2014

Ano	Nº de Cursos de Graduação	Vagas ofertadas na graduação	
		Presencial	EaD
2010	98	5.786	2.500
2011	98	5.846	-
2012	98	5.914	3.125
2013	100	5.969	-
2014	107	6.034	6.825

Fonte: UFPI (PDI/2015 – 2019).

Quadro 2 – Evolução das matrículas na pós-graduação da UFPI, quinquênio 2010-2014

Ano	Stricto Sensu		Lato Sensu			
	Mestrado	Doutorado	Especialização	Residência Médica	Residência Médica Veterinária	Residência Multi-profissional
2010	725	115	1.729	78	10	-
2011	936	142	1.938	35	05	-
2012	1.191	190	1.194	85	11	-
2013	1.222	223	675	78	16	10
2014*	1.279	326	1.634	78	19	19

Fonte: UFPI (PDI/2015 – 2019).

No primeiro semestre de 2018 a UFPI ofereceu mais de 3000 (três mil) vagas no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação no período letivo 2018.1, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, distribuídas nos seus cinco *Campi*.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde a sua fundação, a instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

A UFPI é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão que atua em todos os ramos do saber e adota decisões colegiadas, pautando-se em princípios democráticos e de justiça social. Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN). As reuniões ordinárias dos conselhos superiores da UFPI são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas

(CONSUN - primeira quinta-feira de cada mês; CAD - primeira terça-feira de cada mês; CEPEX -segunda quarta-feira de cada mês).

A administração da UFPI em nível central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias (de Ensino de Graduação - PREG; de ensino de Pós-Graduação - (PRPG; de Pesquisa - PROPESQ; de Extensão - PREXC; de Administração - PRAD; de Planejamento e Orçamento - PROPLAN; e de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC) e, em nível setorial, por seis Unidades de Ensino do Campus de Teresina, que são os Centros de Ciências (da Educação “Professor Mariano da Silva Neto” – CCE; da Natureza – CCN; Humanas e Letras – CCHL; Agrárias – CCA; Saúde - CCS e Tecnologia - CT), mais um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD (Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD) e quatro Campi sediados no interior do Piauí: Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus; Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), em Floriano; Campus Ministro Reis Veloso (CMRV), em Parnaíba; e Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), em Picos.

Existem ainda, órgãos suplementares e de apoio de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para os corpos docentes, discentes e administrativos da UFPI: STI - Superintendência de Tecnologia da Informação; BCCB - Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco; AUDIN - Auditoria Interna; HU - Hospital Universitário; HVU - Hospital Veterinário Universitário.

No CMPP sede existem seis unidades de ensino convencionalmente denominadas de centros de ensino, que são os Centros de Ciências: da Educação (CCE), da Natureza (CCN), Humanas e Letras (CCHL), Agrárias (CCA), Saúde (CCS) e Tecnologia (CT) e mais um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à educação básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE.

Em termos estatísticos, a UFPI ministra 169 cursos de graduação, sendo 107 presenciais regulares, 47 presenciais vinculados ao PARFOR e 15 na modalidade EaD, em 33 polos de apoio presencial. Possui 42 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nos quais são desenvolvidas as atividades de 34 mestrados Acadêmicos, um mestrado profissional, 07 doutorados institucionais, além de dois doutorados em rede. Também mantém parcerias

responsáveis por 13 Doutorado Interinstitucional (DINTER), 02 Mestrado Interinstitucional (MINTER) e 21 Programas de Cooperação Acadêmica (PROCAD).

A UFPI possui aproximadamente 25.618 alunos de graduação matriculados no ensino presencial e 11.054 na modalidade EaD; atualmente tem 2.344 alunos matriculados na pós graduação, sendo 576 em nível de mestrado, 134 em nível de doutorado e 1.634 alunos de pós-graduação *lato sensu*.

Os colégios técnicos possuem atualmente um total de 17 cursos (Bom Jesus 7; Floriano 5 e Teresina 5) e 1.674 alunos matriculados: 589 em Bom Jesus, 651 em Floriano e 434 em Teresina.

Em relação aos recursos humanos a UFPI possui atualmente cerca de 1.783 docentes do magistério superior (Doutores: 720; Mestres: 771; Especialistas: 286; Aperfeiçoados: 06), 105 professores ligados à Educação Básica (Doutores: 25 Mestres: 50 Especialistas: 27 Graduados 03) e 1.014 servidores técnico-administrativos.

A interligação entre as distintas instâncias da UFPI é feita, principalmente, através da ferramenta de gestão denominada Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), administrada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que contempla os portais: acadêmico, administrativo, recursos humanos e administração e comunicação, visualizáveis no sítio eletrônico da UFPI (<https://www.sigadmin.ufpi.br/admin/login.jsf>).

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da UFPI, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que esse órgão já constatou o crescimento expressivo do trabalho desenvolvido na IES, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais do dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

Em março do ano de 2014 a UFPI completou 43 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2014 da 69ª posição nacional para a 45ª, segundo o Ranking Universitário Folha (UFPI, 2014).

Ao longo de sua existência a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em

comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de periódicos científicos e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

É nesse contexto que a UFPI aderiu ao PARFOR, renovando o compromisso com o desenvolvimento da sociedade piauiense por meio da garantia da oferta de ensino superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na educação básica.

Aderindo ao PARFOR, a UFPI reafirma seu compromisso com a educação do estado do Piauí comprometendo, também, com a revisão e avaliação dos seus cursos de licenciatura e com a aproximação de seus currículos das demandas concretas da Educação Básica.

1.3 O CONTEXTO REGIONAL DO ESTADO DO PIAUÍ E A RELAÇÃO COM O CURSO DE GEOGRAFIA

De acordo com o IBGE (BRASIL, 2010), o estado do Piauí apresenta aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais distintos de outros estados brasileiros, bem como potencialidades para o desenvolvimento social e econômico, diversidade cultural e ecossistemas exclusivos em relação a outros territórios, o que torna imprescindível subsidiar a formação de professores de Geografia, os quais farão (em sua prática docente) pesquisas e divulgação das mesmas para a sociedade como um todo.

Entretanto, prevalecem entraves político-administrativos, a escassez de investimentos e a necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior dos piauienses, para citar exemplos. Nesse aspecto, a situação no estado do Piauí não é indiferente ao contexto nacional, especialmente, no que se refere às demandas relativas ao sistema educacional e na necessidade da formação docente com qualidade.

No entendimento de que uma formação profissional docente pode intervir e modificar o cenário das tensões na vida urbana, perceptíveis pelo aumento do desemprego, carências sociais e violência, é preciso evidenciar que a inserção de jovens e adultos no curso de

licenciatura em Geografia se fortalece com a existência de inúmeras transformações econômicas no território, notadamente, no Piau.

As transformações justificam-se pela influência da formação crítica que o docente de Geografia pode ter. O professor, por ser formador de opinião, contribui para interferir na forma como os alunos da educação básica pensarão sobre como estão caracterizados os territórios, haja vista a vivência desses lugares frente às mudanças ocorridas no espaço geográfico, tais como a chegada de grandes empreendimentos do agronegócio, o que impõe conflitos e impasses trabalhistas, por exemplo. Esse “novo rural” nesse “antigo território” é ainda marcado por lutas constantes pelo acesso à terra. Esses territórios tecidos no Piauí e na região Nordeste precisam de interpretações geográficas que desvendem as mudanças ambientais, culturais, sociais e econômicas.

Na dimensão ambiental, a existência de bacias hidrográficas, à exemplo da bacia do Rio Parnaíba, contornando e margeando os limites territoriais do Estado, impõe a necessidade de se pensar a sustentabilidade ambiental com seus rios e cursos d'águas, vegetação e solos aliados a sociedade que os transformam e os recriam. Igualmente a dimensão natural deve ser interpretada como um componente cultural, enraizado nas histórias dos territórios e nos valores da dança, da música, da culinária e da paisagem.

O curso de Geografia poderá, a partir da formação de profissionais que tenham a capacidade de conhecer e interpretar os territórios da realidade piauiense e outros, desenvolver nos graduandos as condições de perceberem a necessidade de ter visões particulares, mas integradas a tudo que acontece no espaço e no tempo. As dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais clamam por uma visão política que seja capaz de estimular a capacidade crítica de entendimento da realidade que nos envolve, o que implica na compreensão do espaço geográfico, do território, da paisagem, da região e do lugar. Esses são caminhos necessários para entendermos a sociedade em que vivemos.

Nesse sentido, nos últimos 60 anos, o curso de Licenciatura em Geografia tem contribuído para dirimir as dificuldades relativas à falta de profissionais com a qualificação adequada para o trabalho na educação básica. Nessa premissa, dezenas de alunos egressos do curso de Geografia desta instituição foram (e ainda são) absorvidos pelo mercado de trabalho do próprio estado do Piauí e, semelhantemente, de outros estados da Federação.

Portanto, o curso de Geografia da UFPI tem contribuído para a formação de professores que prosseguiram seus estudos acadêmicos no mestrado do Programa de Pós-

Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI)⁸, em outros cursos de Pós-Graduação em diferentes estados brasileiros e em alguns outros países, o que dá as dimensões nacional e internacional à formação inicial dos alunos egressos do curso.

2 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Geografia foi instituído anteriormente à criação da UFPI. Quando criado e implantado, passou a funcionar na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI). Rego e Magalhães (1991) afirmam que a FAFI foi criada em 16 de junho de 1957, tendo seu funcionamento autorizado em 18 de fevereiro de 1958, pelo decreto nº. 43.402. As mesmas autoras relatam que a FAFI foi instalada oficialmente no dia 07 de abril de 1958⁹, em solenidade na qual o Professor Clemente Honório Parentes Fortes, primeiro Diretor da Instituição, proferiu a aula inaugural. O primeiro vestibular da nova instituição foi realizado no ano de 1958, com início no dia 31 de março e término em primeiro de abril.

A FAFI começou a funcionar com oferta de três cursos de Licenciatura: Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia e História. Quando foram instalados, os cursos de Geografia e História funcionavam juntos. Somente a partir de 1963, passaram a proceder de forma independente, demonstrando a consolidação das políticas pedagógicas disciplinares, o que representou autonomia curricular para ambos os cursos. Desse modo, em 23 de julho de 1964, pelo decreto nº. 54.038, o curso de Geografia obteve seu reconhecimento.

Oito anos depois, em 1971, os cursos de Geografia e História passaram a partilhar algumas funções. Nesse mesmo ano, foi criada e implantada a UFPI. Sua organização acadêmico-administrativo foi definida em Centros e Departamentos. Os cursos de Geografia e História, a partir desse momento, passaram a fazer parte dessa estrutura organizacional, ou seja, vinculados a um mesmo Departamento - Departamento de Geografia e História (DGH), que teve como seu primeiro Chefe o professor Noé Mendes de Oliveira. Na época da criação da UFPI, como não havia Coordenação de Curso, o departamento planejava e executava todas as atividades ligadas às políticas administrativas da Universidade e às políticas pedagógicas dos cursos de Geografia e de História.

⁸ O PPGGEO foi aprovado na UFPI através da Resolução n 155/10 do CEPEX e pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), em 1 de março de 2011 através do Ofício n 12/2011. O Mestrado em Geografia agrega a área de concentração “Organização do Espaço e Educação Geográfica” com duas linhas de pesquisa: Estudos Regionais e Geoambientais e Ensino de Geografia.

⁹ Rego e Magalhães (1991) relatam que a comunidade piauiense recebeu a notícia da autorização por telegrama enviado pelo Diretor do Ensino Superior, no dia 24 de março de 1958.

O DGH permaneceu por 43 anos, quando, então, a Resolução CEPEX/UFPI 027/2014- transformou em Departamento de História, lotando os professores do curso de graduação em Geografia, na Coordenação do Curso de Geografia/CCHL/UFPI. Essa, por sua vez, passou a ter as mesmas atribuições das coordenações de cursos, as quais foram criadas pelo REUNI.

O PPP (UFPI, 2007b)¹⁰ foi reformulado a fim de atender as orientações do CNE e adequar-se aos diferentes contextos sociais, políticos e econômicos gerados ao longo do processo histórico da organização espacial piauiense.

Quanto ao funcionamento do curso de Geografia, em princípio, foi organizado na modalidade seriada, com apenas uma entrada por ano. Com a implantação do sistema de créditos pela UFPI, foram definidas duas entradas de alunos por ano: uma no primeiro período e, outra, no segundo¹¹. Ambas viabilizadas pelo processo seletivo na modalidade vestibular e, depois pelo Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU), entre os anos de 2007 a 2011. Já, no ano de 2012, os alunos passaram a ingressar pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Com a Resolução CEPEX/UFPI 83/2007 (UFPI, 2007a), o curso de Geografia passou a funcionar pelo sistema de blocos curriculares. A cada semestre, eram ofertadas disciplinas obrigatórias, que deveriam ser cursadas integralmente pelos estudantes, com o intuito de concluir o curso no tempo mínimo de 5 (cinco) anos. Para o presente PPC, a sistemática da oferta das disciplinas será por créditos, distribuídos em oito períodos, com carga horária que permita ao aluno formar-se em 4 (quatro) anos. Ofertar-se-á 50 vagas nos os períodos integral (Manhã e Tarde) conforme Fluxograma (APÊNDICE A), distribuídas em 8 períodos.

3 JUSTIFICATIVA PARA REFORMULAÇÃO DO PPC

O Curso de Licenciatura em Geografia do PARFOR é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais dos Estados que aderirem ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e que não possuem formação adequada às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996). O professor fará sua inscrição nos cursos por meio de sistema desenvolvido pelo MEC denominado Plataforma Freire2, no endereço da web <http://freire.mec.gov.br>, onde terá seu currículo cadastrado e atualizado.

¹⁰ O PPP (UFPI, 2007) aponta que, de 1971 a 2003, o currículo do curso de Geografia foi, por diferentes vezes, reformulado.

¹¹ Cada período corresponde a um semestre letivo.

A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico capaz de adequar a oferta das IES à demanda dos professores e às necessidades reais das escolas de suas redes. A partir desse planejamento estratégico, as pré-inscrições são submetidas pelas secretarias estaduais e municipais às IES públicas, que procederão à inscrição dos professores nos cursos oferecidos.

Esta proposta procura estar afinada com os interesses da política educacional proposta pelo PARFOR e em sintonia com o estágio atual do desenvolvimento da ciência histórica e, ao mesmo tempo, ao incorporar as disciplinas específicas, busca-se a flexibilidade suficiente para acompanhar o desenvolvimento dessa ciência, o que determina o perfil do profissional que o Curso pretende formar e a demanda social a ser atendida.

Nesse sentido, o Curso se destina exclusivamente aos professores inscritos no PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), buscando, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios, ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1996.

Importantes atualizações foram feitas neste PPC do curso regular para atender as demandas da legislação vigente, assim como do Parfor, são elas: a mudança do nome do curso de Licenciatura Plena em Geografia para Licenciatura em Geografia; a possibilidade de integralizar o curso de Graduação em quatro anos; a mudança do sistema de oferta das disciplinas por bloco, agora será por período e por créditos; orientações para o Trabalho e Conclusão de curso- TTC; a inserção das Atividades Curriculares de Extensão – ACE e a garantia da carga horária estabelecida por meio do Parecer CNE/CP nº 02/2015. E, um dos avanços mais significativos, tornar o curso de Licenciatura em Geografia mais competente para formar professores da educação básica.

Diante do que foi exposto, a presente atualização do currículo justifica-se, também, pela necessidade de adequação às leis Federais e Resoluções, já descritas na apresentação deste documento. Segundo as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica da UFPI (RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI nº 220/16), é importante dar atenção à LDBEN (Lei 9.394/96) e, as DCN mais recentes (BRASIL, 2013); ao PNE (Lei nº 13.005/2014); ao Parecer CNE/CP 02/2015; ao Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI - UFPI 2015/2019) e a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, dentre outras normativas que regulamentam os cursos de licenciaturas da UFPI.

Na presente proposta encontra-se a ratificação de alguns requisitos para o curso, tais como a necessidade do investimento institucional para a aquisição de novas tecnologias que possibilitem leitura, análise e produção de imagens, mapas e outros recursos. Tal argumento parte do compromisso em assegurar a Resolução CEPEX/UFPI 220/2016, parágrafo IV do Art. 4º, a qual propõe: “relacionar a linguagem dos meios de comunicação à Educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para o desenvolvimento da aprendizagem”.

Nessa premissa, é necessário o apoio da UFPI para a realização de trabalhos de campo em diferentes espaços geográficos, em caráter prioritário para o curso de Geografia, através da disponibilização de transporte e recursos para os professores (diárias), visto que os trabalhos de campo fazem parte da formação inicial nas dimensões da pesquisa e produção dos saberes docentes¹². Ademais, tal alegação fundamenta-se no Art. 3º da Resolução CEPEX/UFPI 220/2016, a qual garante que:

A formação dos profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão.

Neste PPC apresentam-se as disciplinas e, respectivamente, seus ementários, os quais estão condizentes com o desenvolvimento das pesquisas que são resultado de um significativo esforço de estudiosos dedicados à construção do conhecimento geográfico em diferentes perspectivas, desde as que incluem os aspectos referentes à produção do espaço urbano e rural, às pesquisas sobre as transformações nos espaços naturais e, sobretudo, aos estudos sobre o ensino-aprendizagem de Geografia.

Outros aspectos igualmente importantes para esta justificativa são: fortalecer a identidade de um curso voltado para a formação docente; atualização dos princípios adotados pela UFPI no que diz respeito aos Estágios Supervisionados Obrigatórios; adequação as normativas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaboradas pela UFPI; a busca pela melhoria da relação teoria e prática; a definição dos temas transversais que perpassam os cursos de extensão e as disciplinas obrigatórias oferecidas pelo curso; valorização dos

¹² Alguns autores como Nóvoa (1997), Charlot (2000), Tardif (2002) e Cunha (2006) criticam os termos ‘competências’ e ‘habilidades’ por entenderem que esses podem reduzir a docência ao tecnicismo, além de passar a impressão de que não há complexidade na docência. Por essa razão, podem contribuir para a desprofissionalização docente. Com esse argumento, no presente PPC, preferiu-se utilizar a expressão saberes docentes.

conteúdos específicos da área de Geografia em consonância com os estudos mais avançados dessa ciência e o incentivo à pesquisa científica, visando o aprofundamento teórico-metodológico do futuro profissional do magistério.

A importância dos cursos do Parfor, incluindo o curso de Geografia pode ser observado nos dados mais atualizados da Diretoria de Formação dos Professores da Educação Básica (DEB) da CAPES, já foram implantadas pelo PARFOR um total de 2.903 turmas, distribuídas em 510 municípios localizados em 24 unidades da federação. No total, o programa já formou 44.843 professores oriundos de 3.300 municípios brasileiros. Os dados numéricos consolidados do PARFOR acumulados desde o seu lançamento, em 2009, estão demonstrados no Quadro 4.

Quadro 4- Os resultados do PARFOR	
Turmas implantadas até 2016	2.903
Matriculados (2009 a 2016)	94.727
Turmas concluídas até 2017	2.315
Turmas em andamento em maio/2018	588
Formados	44.843
Cursando em maio/2018	22.506
Instituições participantes	103
Municípios com turmas implantadas	510
Municípios com professores matriculados	3.300

Fonte: DEB/CAPES (2014).

Os dados evidenciam que o PARFOR vem se afirmando como ação relevante para a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior dos docentes em serviço, especialmente nos municípios do interior do País, e na política de redução das assimetrias regionais (BRASIL, 2014).

Contudo, apesar do crescimento evidente dos percentuais de formações de nível superior (11,7 pontos percentuais entre 2009 e 2017), ainda é necessário um grande progresso para que se atinja a Meta 15 do PNE (2014-2020), que estabelece que seja assegurada “formação específica de nível superior a todos os professores da educação básica, na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014, p. 78).

No caso do Piauí particularmente, os relatórios da DEB/CAPES (2009-2013 e 2009-2014) mostram que, ao longo dos últimos cinco anos, a relação entre o número total de funções docentes sem formação superior (15.298) e o número de matrículas em cursos do PARFOR de primeira licenciatura (7.891) alcançou pouco mais da metade da demanda inicial

(51,6 %). Ou seja, a despeito do descompasso das informações em virtude da imprecisão dos dados estatísticos, é possível afirmar que no Piauí ainda há uma demanda significativa por cursos de formação inicial (cerca de 7.407 professores atuantes na educação básica).

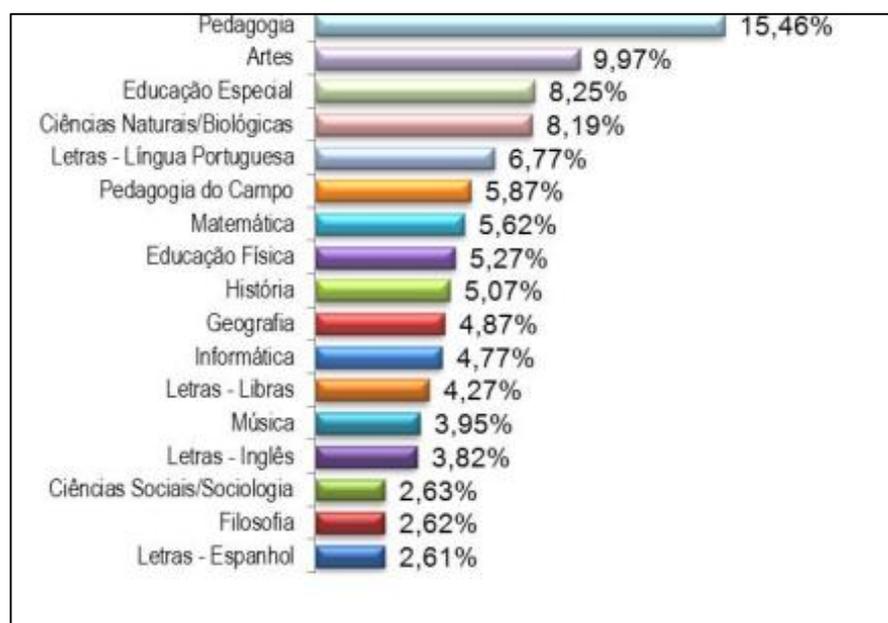
De acordo com os dados da demanda por cursos de formação inicial extraída da Plataforma Freire, no primeiro semestre de 2018, apenas 3.252 inscrições foram efetuadas em todo o Piauí, e destas somente 2.464 foram deferidas. Desse modo, mesmo considerando a possibilidade de todos os professores efetuarem matrícula em um dos cursos ofertados, nos termos do Edital Capes nº 19/2018, ainda será necessário um grande investimento para que se atinja a Meta 15 do PNE (2014-2024), replicada no Programa Estadual de Educação do Piauí.

Os dados locorregionais sinalizam a existência de entraves político-administrativos no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida oferecida à população do estado e justificam a necessidade de se priorizar investimentos na melhoria permanente da qualidade social da educação.

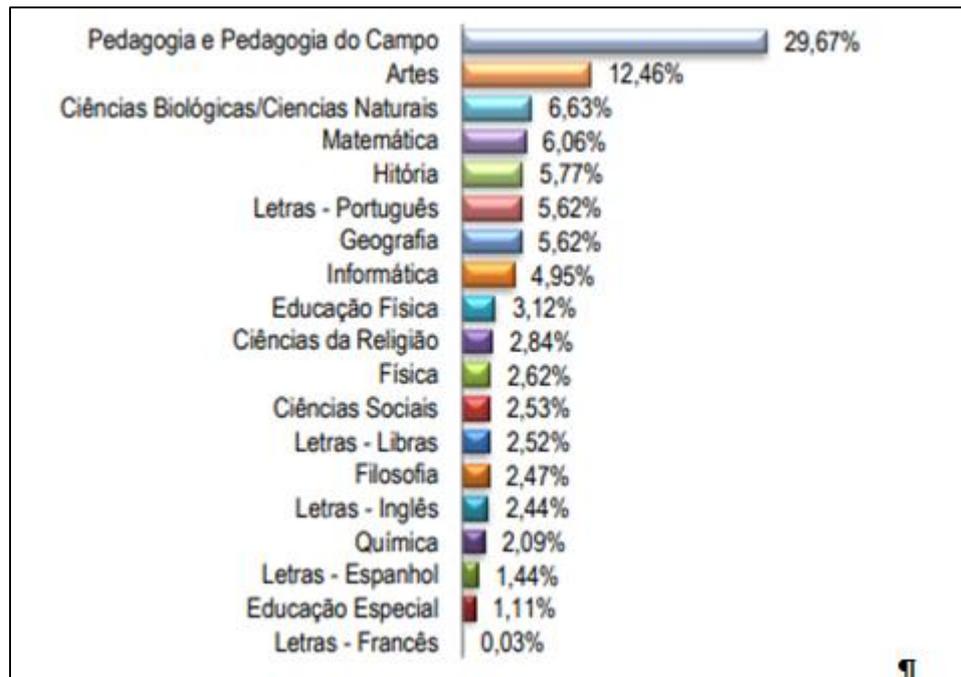
Desse modo, considerando que a qualidade da educação começa na formação inicial do professor, torna-se imprescindível mais investimento em políticas educacionais e programas de formação de professores que oportunizem a ampliação do acesso da população piauiense ao ensino superior, de modo a garantir a oferta de uma educação de qualidade, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento social do estado.

Os dados abaixo mostram a demanda nacional e municipal quanto às vagas solicitadas para o Parfor (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Parfor: Percentual de vagas solicitadas por curso em 2013



Fonte: DEB/CAPES (2009-2013).

Gráfico 2 – Demanda da rede municipal em 2014

Fonte: DEB/CAPES (2009-2014).

Tal cenário é um indicativo de que ainda é necessário mais investimento na formação dos professores que atuam na educação básica, justificando, assim, a oferta do curso de Geografia do PARFOR pela necessidade de atender às demandas sociais emergentes no estado do Piauí no que se refere à formação de profissionais que exercem a docência no Ensino Fundamental e Médio. Contudo, os dados do censo de 2016 apontam que dos 2.196.397 professores, em exercício na educação básica pública, há ainda 6.043 que possuem apenas o ensino fundamental, 488.064 o ensino médio e 95.401 não possuem licenciatura.

Desse modo, a concepção de reformulação do PPC de Geografia para professores da Educação Básica sem a formação inicial exigida pela Lei 9394/1996 leva em conta a necessidade de atender a essa demanda que se constitui ainda um grande desafio que a sociedade impôs à Universidade, no que se refere a formação de qualidade para profissionais da educação básica.

A implementação do Curso na UFPI objetiva, também, atender aos conteúdos exigidos na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, BNCC, 2017), visando assegurar as novas exigências do mercado de trabalho e uma formação mais consistente no que diz respeito às temáticas de docência, assim como se adequar às novas diretrizes desta IES.

O ajuste proposto visa assegurar que os egressos do curso desenvolvam as competências profissionais previstas para a área, “referência de todos os tipos de avaliação e

de todos os critérios usados para identificar e avaliar os aspectos relevantes” (BRASIL, 2001, S.p). Nisto reside sua justificativa central.

As adequações propostas visam assegurar uma sólida formação interdisciplinar para os professores atuantes nas primeiras etapas da Educação Básica (na interface com as demais áreas de conhecimento), ancorada na compreensão ampla e contextualizada de educação e dos seus fundamentos (filosóficos, históricos, políticos, psicológicos e sociais), visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos por meio do domínio e manejo de conteúdos e metodologias investigativas que incentivem a análise crítica da realidade educacional na qual a escola se insere.

Nessa perspectiva, o novo currículo do curso de Geografia do PARFOR contribuirá para ampliar a visão e a atuação dos profissionais da educação básica por meio da atualização da prática docente, de modo a garantir, com qualidade, a efetiva aprendizagem e o desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes. Nisto reside a necessidade social e institucional de atualização do PPC.

4 PRINCÍPIOS CURRICULARES

Os princípios curriculares para este PPC do curso de Geografia estão de acordo com a proposta da Resolução CEPEX/UFPI 220/16. São eles:

1) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

Dentre os valores éticos, tem-se o respeito à pessoa humana em suas diferentes dimensões. Para tanto, reconhece-se que o profissional docente de Geografia tem um perfil próprio com saberes especializados, que se conectam à complexidade que envolve a sua formação profissional. O profissional docente de Geografia preocupa-se com o desenvolvimento social, humano, cultural, ambiental, político e outros, os quais fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Para o professor formado em Geografia, espera-se autonomia docente de forma honesta, qualificada, sem preconceitos e com compromisso social.

2) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana, ao meio ambiente e às diferenças

Na construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procura-se responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

O egresso do curso de Geografia deverá dispensar tratamento digno aos seus pares e alunos. Além disso, deve procurar entender os diferentes contextos sociais, econômicos,

culturais e ambientais que estão presentes em seu contexto profissional e saber ser flexível para que haja o aprendizado significativo.

3) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, articular os três pilares da universidade com a máxima organicidade e competência científica e técnica é um princípio do curso de formação em Geografia, objetivando que os estudantes consolidem conhecimentos por meio de fundamentos que sustentem a produção dos conhecimentos geográficos.

Nesse aspecto, os professores do curso de Geografia elegeram como pertinente a criação de cursos de extensão que assegurem a Resolução CEPEX/UFPI 220/16, no seu artigo 4º, parágrafo VII, que permite ao egresso dos cursos de formação de professores “atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, programas e projetos educacionais”. Assim, muitos alunos egressos poderão assumir cargos de direção e coordenação, considerando que há um sistema de eleição para cargos de gestão, pelo sistema democrático.

Além desse exemplo, assegura-se que serão oferecidos, durante a graduação, distintos cursos de extensão voltados à formação acadêmico-científica, pedagógica, procedimental e outras temáticas que forem sugeridas e aceitas pelo colegiado do curso.

4) Interdisciplinaridade e multirreferencialidade

A complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem articulada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. O curso de Geografia é de natureza interdisciplinar e, por essa razão, mantém o entendimento da complexidade existente entre sociedade e natureza, com o objetivo de desenvolver as conexões necessárias entre os saberes geográficos, primando pela unidade da ciência geográfica.

Nessa compreensão, por mais que haja a divisão didática entre as temáticas desenvolvidas por cada disciplina, prima-se pela relação interdisciplinar entre elas. Destaca-se que a formação curricular de cada disciplina pensada para este PPC atentou para as possibilidades relacionadas à comunicação entre elas, quer pelo desenvolvimento de atividades em sala de aula, quer pela pesquisa ou extensão.

Procura-se desenvolver a ideia de que deve ser superado o isolamento entre as disciplinas e se transpasse a barreira entre a teoria e a prática (AIRES, 2011). Esse é um entendimento que mais tem sido usado pelas indicações curriculares no Brasil. A superação

das diferenças e, igualmente, tendo em vista que o ensino por disciplinas teria provocado um demasiado pensamento pela especialização e, não, pela totalidade.

Nesse aspecto, Aires defende a predisposição de que “a *Interdisciplinaridade* parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas científicas, com o ensino superior e a pesquisa” (AIRES, 2011, p. 225). Na universidade, todas as disciplinas fruto de estudos geográficos especializados, convergem para uma única formação, o que pode contribuir para a Prática Pedagógica Interdisciplinar (PPI).

Nesse aspecto, de acordo com o Quadro 5, espera-se que essa abordagem possa contribuir para a formação inicial, no sentido de fornecer uma prática docente na educação básica contextualizada e que consiga interagir com os conhecimentos produzidos e aprendidos durante a formação no curso de Geografia.

As PPIs poderão ser, a critério da coordenação e professores do curso de Geografia, estendidas aos outros cursos de graduação e/ou pós-graduação que possam consubstanciar práticas interdisciplinares. Serão coordenadas por professores que estejam ministrando disciplinas durante o período em que as mesmas foram instituídas. Poderão ser utilizadas como forma de ensinar, avaliar e/ou certificar por meio de cursos de extensão.

Quadro 5 - Práticas Pedagógicas Interdisciplinares

PERÍODO	EIXO/ PROPOSTA
SEGUNDO	Cartografia Escolar. Elaborar e efetivar a construção de materiais lúdicos e didáticos que auxiliem na leitura e compreensão do conteúdo cartográfico.
TERCEIRO	Geotecnologias aplicadas ao Ensino. Elaborar e efetivar projetos que relacionem as tecnologias às práticas didáticas e que possam ser articuladas às outras disciplinas da educação básica.
QUARTO	Instituições públicas/privadas. Conhecer instituições públicas e/ou privadas que contribuam para a construção do conhecimento geográfico e/ou escolas que desenvolvam projetos relacionados ao ensino de Geografia.
QUINTO	Escola e comunidade. Elaborar e efetivar projetos de ensino e/ou gestão de projetos que viabilizem ações de cidadania.
SEXTO	Cidade e campo. Conhecer os espaços de um município (área urbana e rural); elaborar e efetivar projetos de trabalho de campo com ênfase nas categorias de análise do espaço geográfico (lugar, paisagem, território, região, entre outras)

Quanto à multirreferencialidade, ela pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura, educação sobre a diversidade étnico-racial e étnico-social, políticas públicas para a igualdade, mercado de trabalho e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

5) Uso de tecnologias de comunicação e informação

Objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Para o curso de Geografia, foram incluídas, neste currículo, algumas discussões e disciplinas que desenvolverão conhecimentos ligados às geotecnologias, em especial, as que trabalham com o geoprocessamento e o preparo para lidar com recursos didáticos e instrumentos tecnológicos.

O uso das TICs, os quais são recursos didáticos construídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV digital e interativa, programas de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória...), entre outros, são recursos que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos futuros professores de Geografia.

6) Avaliação

Incluem-se as experiências organizadas, registradas e com acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem. A preocupação primordial dos professores formadores do curso de Geografia é estabelecer uma sistemática de avaliações formativas que sejam processuais, primando pela metodologia que extrapole o caráter quantitativo, na busca de uma verificação de aprendizagem qualitativa. A partir dessa compreensão, os professores formadores desenvolvem essa etapa do ensino com autonomia docente e respeito às especificidades das disciplinas e dos sujeitos envolvidos no processo.

7) Articulação entre teoria e prática

Compreendida como princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, entrem em contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções.

As práticas procuram associar os conteúdos mediados pelos professores formadores às atividades procedimentais. No curso de Geografia, a articulação entre teoria e prática acontece constantemente, pois o objeto de estudo é o Espaço Geográfico. Entretanto, há momentos em que tal relação acontece de forma mais proeminente: quando os graduandos realizam atividades de campo e/ou visitas técnicas, participam dos laboratórios vinculados ao curso de Geografia (Cartografia, Climatologia, Ensino, Geomática, Geoambiente e Solos) e/ou em

outros cursos ou centros de pesquisas e no Estágio Supervisionado Obrigatório. Para que essa articulação ocorra, é essencial o apoio institucional da UFPI.

Contudo, numa perspectiva dialética não pode se desconsiderar a capacidade de internalizar conhecimentos e saberes, haja vista serem imensuráveis sob o ponto de vista pragmático. É essa capacidade que motiva a construção de uma formação docente capaz de pensar e agir cotidianamente diante dos desafios inerentes à profissão.

8) Flexibilização curricular

O Projeto Pedagógico do Curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

O curso de Geografia propõe que haja um revezamento na entrada dos alunos do curso diurno: em um ano, uma turma terá as disciplinas ofertadas predominantemente no horário da manhã; no ano seguinte, a entrada dos alunos do curso integral será para cursar disciplinas, preferencialmente, no horário da tarde. Já para a segunda entrada do curso, no segundo semestre de cada ano letivo, os alunos ingressantes terão a entrada no curso no período noturno. Desse modo, todos os ingressantes no curso de Geografia, terão disponíveis dois turnos para o desenvolvimento de atividades pessoais, profissionais e as relacionadas aos outros tipos de aprendizagem.

9) Acessibilidade pedagógica e atitudinal

A acessibilidade pedagógica caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Enquanto que a acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Com base nesses princípios, os professores formadores do curso de Geografia comprometem-se em colaborar para que a graduação corresponda com essa prerrogativa. Nesse intuito, os cursos de extensão, sobretudo os oferecidos no início do curso, objetivam garantir a acolhida e acessibilidade dos alunos por auxiliá-los nos primeiros passos acadêmicos rumo à sua formação.

5 OBJETIVOS

Geral:

- Formar professores para o exercício profissional na educação básica, especificamente, nos ensinos fundamental e médio.

Específicos:

- Instruir o profissional docente em Geografia com preparo teórico-metodológico que lhe permita, enquanto cidadão e educador, desenvolver suas atividades com criticidade e compromisso;
- Contribuir para a formação do profissional docente em Geografia ciente e atuante, que possa recorrer na mesma medida ao ensino, à pesquisa e à extensão sobre as concepções necessárias para o desempenho de suas funções e à formação continuada;
- Fornecer a experiência de vivenciar os diferentes contextos existentes na educação básica para que possa exercitar a prática docente.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso visa a preparação de profissionais, que ao longo de sua formação, sejam capazes de:

- Ter visão da ciência e do processo de conhecer, nas diversas abordagens teórico-metodológicas, voltadas para a formação docente;
- Compreender a estruturação e a dinâmica do espaço geográfico, tendo por base os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Ciência Geográfica em consonância com os saberes docentes;
- Conhecer as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico na vida cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- Compreender as relações entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre;
- Ter consciência de seu papel como agente formador de um projeto de cidadania através da atuação no processo ensino-aprendizagem da Geografia.
- Identificar e discutir as diferentes escalas em Geografia para estabelecer orientações de mediação didática;
- Propor e realizar atividades práticas referentes à investigação geográfica, notadamente no contexto da educação básica.

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES¹³

Esta proposta define os saberes docentes e atitudes necessárias para o desempenho da prática do magistério de Geografia, as quais deverão ser desenvolvidas ao longo do Curso de graduação:

- Articular a teoria e a prática enquanto profissional docente de Geografia;
- Conhecer os conteúdos do temário geográfico, adequando-os aos diversos níveis de ensino e às necessidades do contexto social vivenciado pelos alunos da instituição em que atua;
- Conhecer procedimentos específicos da Geografia e de seu ensino de forma adequada às situações que se apresentem ao longo da prática do magistério;
- Elaborar projetos didático-pedagógicos voltados para ampliação/aprofundamento do conhecimento da realidade regional e/ou local;
- Trabalhar em equipe, contribuindo para o desenvolvimento do projeto pedagógico da instituição em que trabalha;
- Ter compromisso com a educação, no exercício da docência em Geografia;
- Estabelecer diálogo entre a instituição em que atua e a comunidade onde ela está inserida, como meio de construção do processo de formação da cidadania;
- Valorizar a escola como instituição onde se processa a educação formal;
- Respeitar os estudantes, docentes e técnicos administrativos da instituição na qual trabalha, garantindo, o exercício de seus deveres e os direitos dos outros;
- Analisar, discutir e interagir na gestão da escola e da educação.

8 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso é composta: pela forma de acesso; pela apresentação do corpo docente; pela matriz curricular, organizada em um quadro detalhado para cada componente curricular: a Carga Horária Teórica (CT) e Prática (CP), Estágio (E), Atividades Curriculares de Extensão (ACE), Carga Horária Total (CH), Pré-requisito e Correquisito, disciplina eletiva, equivalências entre as disciplinas do currículo anterior e o atual, disciplinas com carga horária prática como componente curricular, Estágio Obrigatório Supervisionado, atividades curriculares de extensão, orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientações acadêmicas, infraestrutura do curso, coordenação pedagógica e administrativa do Curso e pelas atividades complementares.

¹³ Conforme nomenclatura oficial da Resolução CEPEX/UFPI 177/2012.

8.1 Formas de acesso ao curso

Através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR – via processo seletivo, pelo site da Plataforma Freire.

8.2 Corpo docente

O curso é constituído por uma equipe de professores com formações distintas, incluindo geógrafos e licenciados em geografia e agronomia, com especialização, mestrado e doutorado, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Corpo Docente

Ordem	Nome completo dos professores	Matrícula SIAPE	Titulação	Regime de Trabalho	Ingresso na UFPI
01	Andrea Lourdes Monteiro Scabello	1671765	Dra.	40 h/DE	2009
02	Antônio Cardoso Façanha	423676	Dr.	40 h/DE	1991
03	Bartira Araújo da Silva Viana	2440142	Dra.	40 h/DE	2008
04	Carlos Sait Pereira de Andrade	1167728	Dr.	40 h/DE	1992
05	Cláudia Maria Sabóia de Aquino	1461646	Dra.	40 h/DE	2004
06	Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque	2231533	Dr.	40 h/DE	2015
07	Gustavo Souza Valladares	1300002	Dr.	40 h/DE	2011
08	Iracilde Maria de Moura Fé Lima	6422093	Dra.	40 h/DE	2002
09	Manoel Nascimento	1167691	Esp.	40 h/TI	1992
10	Maria Valdirene Araújo Rocha Moraes	2154505	Dra.	40 h/DE	2014
11	Mario Ângelo de Meneses Sousa	423677	Ms.	40 h/DE	1991
12	Mugiany Oliveira Brito Portela	2645480	Dra.	40 h/DE	2009
13	Raimundo Jucier Sousa de Assis	2140464	Dr.	40 h/DE	2014
14	Raimundo Lenilde de Araújo	1433032	Dr.	40 h/DE	2009
15	Raimundo Wilson Pereira dos Santos	1510469	Dr.	40 h/DE	2005
16	Wesley Pinto Carneiro	2174581	Ms.	40 h/DE	2014

8.3 Matriz Curricular

O curso de Licenciatura em Geografia tem carga horária de 3.200 (três mil e duzentas horas) horas/aula com duração de 4 anos (Quadro 7), distribuídas na Matriz Curricular em 08 (oito) períodos (Quadro 8). As disciplinas que compõem o currículo são classificadas em: disciplinas de formação comum, disciplinas da área de atuação e disciplinas optativas (Quadro 9 e 10).

Quadro 7 – Síntese da Matriz Curricular

SINTESE DA MATRIZ CURRICULAR	Nº. de horas/aula
Disciplinas obrigatórias carga horária teórica	1545
Disciplinas obrigatórias carga horária prática*	510
Disciplinas optativas carga horária teórica e prática	210
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	330
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	200
TOTAL	3.200

* Incluindo a Prática como Componente Curricular – PCC (405h).

Quadro 8– Matriz Curricular (Integral – Manhã e Tarde; Noturno)

PRIMEIRO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT¹	CP²	E³		Cr⁴	CH⁵	Pré-requisito	Correquisito
CCHL/	Seminário de Introdução ao Curso de Geografia	15	0	0		1	15		
CCHL/	Introdução à Metodologia Científica	60	0	0		4	60		
CCHL/	História da Geografia	60	0	0		4	60		
CCE/	Filosofia da Educação	60	0	0		4	60		
CCHL/	Cartografia	30	30*	0		4	60		
CCHL/	Introdução à Geologia	45	15*	0		4	60		
CCS/	Optativa	0	30	0		2	30		
CCHL/	Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 1	0	30	0		2	30		
TOTAL	Disciplinas: 7 (345h) / ACE: 1 (30h)	270	105	0		25	375		
SEGUNDO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E		Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCHL/	Cartografia Temática	30	30*	0		4	60	Cartografia	
CCE/	Psicologia da Educação	60	0	0		4	60		
CCHL/	Teoria e Método de Geografia	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Geografia Econômica	30	0	0		2	30		
CCHL/	Climatologia Geográfica	45	15*	0		4	60		
CCN/	Estatística aplicada à Geografia	15	15	0		2	30		
CCHL/	Optativa	15	15	0		2	30		
CCHL/	Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 2	0	60	0		4	60		
TOTAL	Disciplinas: 7 (330h) / ACE: 1 (60h)	240	150	0		26	390		
TERCEIRO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E		Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCE/	Didática Geral	60	0	0		4	60	Psicologia da Educação	
CCE/	História da Educação	60	0	0		4	60		
CCHL/	Sistemas de Informações Geográficas	30	30*	0		4	60	Cartografia temática	
CCHL/	Hidrografia	45	15*	0		4	60		Geomorfologia
CCHL/	Geomorfologia	45	15*	0		4	60	Introdução à Geologia	
CCHL/	Optativa	15	15	0		2	30		
CCHL/	Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 3	0	60	0		4	60		
TOTAL	Disciplinas: 6 (330h) / ACE: 1(60h)	255	135	0		26	390		

QUARTO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E		Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCHL/	Biogeografia	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Geografia da População	45	15	0		4	60	Geografia Econômica	
CCHL/	Pedologia	45	15*	0		4	60	Geomorfologia	
CCE/	Metodologia do Ensino de Geografia	30	30*	0		4	60		
CCHL/	Optativa	60	0	0		4	60		
CCHL/	Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 4	0	60	0		4	60		
TOTAL	Disciplinas: 5 (300h) / ACE: 1(60h)	225	135	0		24	360		
QUINTO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E		Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCE/	Avaliação da Aprendizagem	60	0	0		4	60	Didática Geral	
CCHL/	Bases Físico-naturais do Brasil	45	15*	0		4	60	Introdução à Geologia Geomorfologia Climatologia Geográfica	
CCHL/	Geografia Política e Geopolítica	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Geografia da Indústria, Comércio e Serviços	45	15*	0		4	60		
CCE/	Sociologia da Educação	60	0	0		4	60		
CCHL/	Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 5	0	60	0		4	60		
TOTAL	Disciplinas: 5 (300h) /ACE: (60h)	255	105	0		24	360		
SEXTO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E		Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCE/	Estágio Supervisionado Obrigatório I	0	0	135		9	135		
CCHL/	Geografia Agrária	45	15*	0		4	60		
CCE/	Legislação e Organização da Educação Básica	60	0	0		4	60		
CCHL/	Geografia Urbana	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	0	0		3	45		
TOTAL	Disciplinas: 5 (360h)	195	30	135		24	360		

SÉTIMO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E	ACE	Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCE/	Estágio Supervisionado Obrigatório II	0	0	135		9	135	Estágio Supervisionado Obrigatório I	
CCHL/	LIBRAS	30	30*	0		4	60		
CCHL/	Educação Ambiental	30	30*	0		4	60		
CCHL/	Fundamentos de Geografia Humana do Brasil	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Trabalho de Conclusão de Curso II	0	60	0		4	60		Trabalho de Conclusão de Curso I
CCHL/	Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 6	0	60	0		4	60		
TOTAL	Disciplinas: 5 (360h) / ACE: 1(60h)	105	195	135		29	435		
OITAVO PERÍODO									
Centro/Código	Disciplinas	CT	CP	E		Cr	CH	Pré-requisito	Correquisito
CCE/	Estágio Supervisionado Obrigatório III	0	0	135		9	135		
CCHL/	Geografia do Piauí	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Geografia do Nordeste Brasileiro	45	15*	0		4	60		
CCHL/	Seminário de Conclusão do Curso de Geografia	0	15	0		1	15		Trabalho de Conclusão de Curso II
CCHL/	Optativa	30	30	0		4	60		
TOTAL	Disciplinas: 5 (330h)	120	75	135		22	330		

* Disciplinas que contemplam a Prática como Componente Curricular.

Quadro 9 - Disciplinas de Formação Comum

Centro	Disciplinas	CT	CP	Cr	CH	Pré-requisito e/ou correquisito
CCE	Filosofia da Educação	60	0	4	60	
CCE	Sociologia da Educação	60	0	4	60	
CCE	História da Educação	60	0	4	60	
CCHL	LIBRAS	30	30	4	60	
CCE	Didática Geral	60	0	4	60	Psicologia da Educação (Pré-requisito)
CCE	Legislação e Organização da Educação Básica	60	0	4	60	
CCE	Avaliação da Aprendizagem	60	0	4	60	Didática Geral (Pré-requisito)
CCE	Psicologia da Educação	60	0	4	60	
TOTAL	Disciplinas de Formação Comum: 9	450	30	32	480	

¹ CT – Carga Horária Teórica; ² CP – Carga Horária Prática; ³ E – Estágio; ⁴ Cr – Créditos; ⁵ CH – Carga Horária Total.

Quadro 10 - Disciplinas Optativas

Centro/Código	Disciplinas	CT	C P	Cr	C H	Pré-requisito
CCHL/	Cartografia Escolar	30	30	4	60	Cartografia
CCHL/	Geografia Cultural	30	30	4	60	
CCHL/	Ensino sobre Cidades	15	15	2	30	
CCHL/	Análise Ambiental	30	30	4	60	
CCHL/	Geotecnologia Aplicada ao Ensino de Geografia	15	45	4	60	Sistemas de Informações Geográficas
CCHL/	Educação Patrimonial e Ambiental	30	30	4	60	
CCHL/	Práticas de Ensino de Ciência do Solo	30	30	4	60	Pedologia
CCHL/	Geologia Ambiental e Geodiversidade	15	15	2	30	Introdução à Geologia
CCHL/	Geografia Rural do Brasil	30	30	4	60	Geografia Agrária
CCHL/	Geografia, Currículo e Ensino	30	30	4	60	
CCHL/	Pesquisa e Educação Geográfica	30	30	4	60	
CCHL/	Recursos Didáticos para o Ensino de Geografia	30	30	4	60	
CCHL/	Estudos de Clima Urbano	30	30	4	60	Climatologia Geográfica
CCHL/	Geografia e Arqueologia	15	15	2	30	
CCHL/	Antropologia Cultural	60	0	4	60	

8.4 Equivalências entre as disciplinas do currículo anterior e o atual

O Quadro 10 apresenta a equivalência entre as disciplinas obrigatórias do currículo.

Quadro 10 – Equivalência Curricular: disciplinas obrigatórias

Matriz Curricular do PPP antigo	Para ingressantes em 2019
Estatística aplicada à Geografia	Estatística Aplicada à Geografia
Geologia aplicada à Geografia	Introdução à Geologia
Introdução à Economia - Geografia	Geografia Econômica
Teorias Filosóficas	Não possui equivalência
Seminário de Introdução ao Curso de Geografia	Seminário de Introdução ao Curso de Geografia
Cartografia I	Cartografia
Climatologia I	Climatologia Geográfica
Introdução a Metodologia Científica	Introdução à Metodologia Científica
Evolução do pensamento geográfico	História da Geografia
Sociologia da Educação	Sociologia da Educação
História da Educação	História da Educação
Metodologia do Ensino de Geografia	Metodologia do Ensino de Geografia
Filosofia da Educação	Filosofia da Educação
Cartografia II	Cartografia Temática
Hidrografia	Hidrografia
Geografia da População	Geografia da População
Organização do Espaço	Teoria e Método de Geografia
Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
Legislação e Organização da Educação Básica	Legislação e Organização da Educação Básica

Geomorfologia I	Geomorfologia
Biogeografia	Biogeografia
LIBRAS	LIBRAS
Geografia Urbana I	Geografia Urbana
Geografia Agrária I	Geografia Agrária
Avaliação da Aprendizagem	Avaliação da Aprendizagem
Didática Geral	Didática Geral
Conservação dos Recursos Naturais e Poluição Ambiental	Educação Ambiental
Pedologia I	Pedologia
Geografia da Indústria e dos Serviços	Geografia da Indústria, Comércio e Serviços
Organização Espacial do Mundo	Geografia Política e Geopolítica
Fotointerpretação em Geografia	Sistemas de Informações Geográficas
Organização Espacial do Brasil I	Bases Físico-naturais do Brasil
Organização Espacial do Brasil II	Fundamentos de Geografia Humana do Brasil
Organização Espacial do Nordeste	Geografia do Nordeste Brasileiro
Organização Espacial do Piauí	Geografia do Piauí
Estágio Supervisionado I - Geografia	Não possui equivalência
Estágio Supervisionado II - Geografia	Não possui equivalência
Estágio Supervisionado III - Geografia	Estágio Supervisionado Obrigatório I
	Estágio Supervisionado Obrigatório II
Estágio Supervisionado IV -Geografia	Estágio Supervisionado Obrigatório III
Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso I
Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso II
Disciplina que não existia na antiga matriz curricular	Seminário de Conclusão do Curso de Geografia

8.5 Disciplinas com carga horária Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (Quadro 11) tem por finalidade estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática, estando relacionada ao conhecimento e análise de situações pedagógicas, a exemplo de uso de tecnologias de informação, produção dos estudantes, situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático entre outros.

Quadro 11 – Disciplinas que contemplam a Prática como Componente Curricular

Disciplinas	Período	Carga horária prática
Cartografia Geral	Primeiro	30
Introdução à Geologia	Primeiro	15
Cartografia Temática	Segundo	30
Teoria e Método de Geografia	Segundo	15
Climatologia Geográfica	Segundo	15
Sistemas de Informações Geográficas	Terceiro	30
Geomorfologia	Terceiro	15
Hidrografia	Terceiro	15
Biogeografia	Quarto	15
Pedologia	Quarto	15
Metodologia do Ensino de Geografia	Quarto	30
Geografia Política e Geopolítica	Quinto	15
Bases Físico-naturais do Brasil	Quinto	15
Geografia da Indústria, Comércio e Serviços	Quinto	15
Geografia Agrária	Sexto	15
Geografia Urbana	Sexto	15
LIBRAS	Sétimo	30
Educação Ambiental	Sétimo	30
Fundamentos de Geografia Humana do Brasil	Sétimo	15
Geografia do Nordeste Brasileiro	Oitavo	15
Geografia do Piauí	Oitavo	15
Total de Horas		405

8.6 Estágio Supervisionado Obrigatório

A Resolução CEPEX/UFPI 22/09, que dispõe sobre o Estágio Supervisionado Obrigatório destaca que ele é um dos momentos de integração entre a academia, a escola e a comunidade. Momento em que o licenciando percebe ser sujeito ativo no processo educacional e social, proporcionando sua inserção no campo de atuação profissional. Para os que já exercem o magistério, propicia uma reflexão e um redimensionamento sobre a práxis pedagógica.

O Estágio Supervisionado Obrigatório é a parte do currículo que integra a teoria e a prática, sem, entretanto, ser a única com esse caráter, pois tanto a teoria como a prática devem permear todo o processo de formação acadêmico-profissional, possibilitando ao licenciando colocar-se à frente das questões do dia a dia da prática docente, incentivando a pesquisa e a qualificação continuada, em busca de soluções para os problemas detectados.

O Estágio Supervisionado Obrigatório possibilita que a academia seja um local aberto a estudos e discussões referenciadas na dimensão prática da ação docente, para reorientação da formação acadêmico-profissional com base na realidade proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e vivências de questões inerentes ao exercício da ação docente, numa vinculação constante entre ação-reflexão-ação, para melhoria do ensino de graduação.

O Estágio Supervisionado Obrigatório na modalidade presencial é regido em consonância com a LDBEN (nº 9394/96 de 20/12/96) com as DCNs para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução CEPEX/UFPI 177/12 de 05/11/2012.

O texto a seguir contém orientações gerais a serem observadas na organização e aplicação dos componentes curriculares que constituem o Estágio Supervisionado Obrigatório do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia, tendo sido resultado das discussões do Fórum das Licenciaturas (FORLIC).

8.6.1 Dos princípios e dos objetivos

O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Geografia observará os seguintes princípios:

I - Articulação entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias e das interpretações que ainda dificultam o entendimento da relação entre essas dimensões;

II - Parceria entre a universidade e as instituições conformadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos e que são responsáveis pelo acompanhamento das atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório.

III - Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação.

IV - Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica

O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Geografia visa oferecer ao estudante a oportunidade de: I - Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso; II - Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio; III - Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

8.6.2 Das condições de realização do Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado Obrigatório somente pode ocorrer mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria de Estágio Obrigatório (CEO) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), em unidades que tenham condições de: I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário; II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário.

O termo de compromisso constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

8.6.3 Da organização do Estágio Supervisionado Obrigatório

A organização do Estágio Supervisionado Obrigatório terá a seguinte estrutura: I - Coordenação de Estágio Obrigatório (CEO); II - Coordenação de estágio no curso, quando for o caso; III - Orientador de estágio; IV - Supervisor de campo; V - Estudante Estagiário.

A CEO tem como funções básicas: a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Supervisionado Obrigatório na UFPI; b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios; c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao Estágio Supervisionado Obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução; d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio; e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

A Coordenação, operacionalização, supervisão e avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório serão de responsabilidade da Coordenação do curso do campus de Teresina.

São atribuições da Coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos de Licenciatura: I - Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos

do Estágio do Curso, com base na legislação vigente; II - Informar a CEO os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso; III - Elaborar a cada semestre, junto com os Professores-Orientador, as programações de Estágio Supervisionado Obrigatório que serão enviadas à CEO no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico; IV - Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente; V - Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio; VI - Encaminhar, juntamente com o orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos, núcleos) de estágio; VII - Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio; VIII - Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os docentes orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas e IX - Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso.

O orientador do Estágio Supervisionado Obrigatório deve ser um professor selecionado para o PARFOR/UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições: a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma; b) Elaborar junto ao Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso a programação semestral de estágios; c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus Programas de ensino e nos relatórios de estágio; d) Orientar a execução das atividades dos estagiários; e) Avaliar o desempenho dos estagiários, atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade; f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

8.6.4 Do estudante estagiário

São atribuições do estudante estagiário: a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado; b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da instituição onde o estágio for realizado; c) Planejar com o professor orientador e professor supervisor as atividades do estágio; d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso; e) Comparecer aos encontros com o professor orientador; f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório.

8.6.5 Do supervisor de campo de Estágio Supervisionado Obrigatório

O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades. Tem como atribuições: a) orientar e supervisionar os estagiários e b) avaliar periodicamente o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

8.6.6 Campo de estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405 horas, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores, que atenda os seguintes critérios: I - Garantia de experiências práticas na área de formação específica e II - Disponibilidade de um profissional da área para assumir a supervisão do estágio.

A carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório será distribuída em três estágios como carga horária de 135h, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades: a) Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno; b) Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; c) Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio; d) Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino, execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final; e) Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano das atividades educativa.

8.6.7 Da avaliação

A coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração: I - A avaliação realizada pelo Supervisor de campo do estagiário, com base no formulário específico encaminhado ao professor-orientador, obedecendo ao cronograma da coordenação de estágio de cada curso e II - A avaliação do Professor Orientador com base no cumprimento do Programa de trabalho e relatório final.

Será considerado aprovado no Estágio Supervisionado Obrigatório, o estagiário que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e cumprir a carga horária mínima exigida, não sendo permitido para este componente curricular a realização de prova final, ressalta-se que as atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 200 (duzentas) horas do Estágio Supervisionado Obrigatório na forma da legislação federal em vigor e de acordo com os critérios definidos na Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012: 1º o aluno deverá solicitar redução de carga horária à coordenação do curso o qual está vinculado, apresentando documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação; 2º compete à Coordenação do Estágio Supervisionado Obrigatório das Licenciaturas, juntamente com o professor da Disciplina, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à Assembleia do departamento/curso responsável pelo estágio.

8.6.8 Definição dos Termos

- a) **Campo de estágio** – Local credenciado (instituições escolares e não escolares), onde o estudante realiza as atividades de estágio.
- b) **Estudante-estagiário** – Aluno matriculado no Estágio Obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.
- c) **Docente-supervisor** – Professor da UFPI, indicado pela coordenação do DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades do estágio.
- d) **Docente-titular do campo de estágio** – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.
- e) **Programa de estágio** – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

8.7 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

As atividades de extensão¹⁴ deverão ser realizadas por todos os estudantes dos cursos de graduação da UFPI, devendo estar previsto um mínimo de dez por cento de carga horária de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) nos respectivos currículos (330 horas), em relação ao total de créditos a serem cursados.

As ACE têm por objetivos: I - reafirmar a articulação universidade/sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; II – fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão; III – contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica dos cursos de graduação; IV – estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e da sociedade; V – compartilhar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, da cultura, da tecnologia e das artes.

As ACE, compreendidas como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, serão executadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos, vinculadas aos componentes curriculares (disciplinas) do curso (Quadro 12).

Quanto as Atividades Curriculares de Extensão (ACE):

1º - Os programas, projetos, cursos e eventos devem contemplar um conjunto articulado de ações, pedagógicas, de caráter teórico e prático, e que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou a distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais;

2º As ACE devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo;

3º - Os programas, projetos, cursos e eventos de extensão ofertados por meio de disciplinas do currículo de cada curso de graduação devem ser cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREXC), após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular (disciplina);

4º - As ACE devem estar em consonância com a especificidade formativa de cada curso e envolver diversidade de ações.

¹⁴O texto a seguir é resultado das discussões do FORLIC, sendo baseadas no Parecer do CNE/CP nº 02/2015 e na Resolução do CEPEX/UFPI 220/2016.

Quadro 12 - Sugestões para as ACE do curso de Geografia

PERÍODO	TIPO/ CARGA HORÁRIA	Possibilidades de trabalho
PRIMEIRO	Extensão 1/ 30horas	Participação em ACE que auxilie no apoio didático de nivelamento dos alunos ingressantes.
SEGUNDO	Extensão 2/ 60 horas	Participação em ACE que abordem a responsabilidade social, a sociodiversidade, cultura e arte a inclusão/exclusão e outras temáticas que envolvam o contexto sociocultural.
TERCEIRO	Extensão 3/ 60 horas	Participação em ACE que abordem as relações de trabalho, ciência e tecnologia, ética, cidadania e outras temáticas que envolvam o contexto socioeconômico.
QUARTO	Extensão 4/ 60 horas	Participação em ACE que abordem as questões relativas ao espaço urbano/rural, políticas públicas: educação, saneamento, habitação, saúde, segurança e outras temáticas que envolvam o contexto político.
QUINTO	Extensão 5/ 60 horas	Participação em ACE que abordem as questões ambientais em diferentes escalas (local, regional, nacional e mundial) e outras temáticas que envolvam o contexto socioambiental.
SÉTIMO	Extensão 6/ 60 horas	Participação em ACE que abordem as temáticas relativas à produção de trabalhos científico-acadêmicos, atividades de campo geográfico e outras mais específicas do conhecimento geográfico.
TOTAL	330 horas	

A participação dos estudantes em ACE dar-se-á nos seguintes formatos: a) Participante; b) Organizador; c) Ministrante.

O registro das ACE deve seguir o disposto nas normas da PREXCC/UFPI e atender aos seguintes requisitos:

- I - Previsão no PPC como atividade curricular de extensão;
- II - Elaboração da proposta de extensão (Programa, Projeto, Curso ou Evento) com indicação do processo sistemático de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação;
- III - Aprovação nas instâncias acadêmicas competentes;
- IV - Registro na PREXC/UFPI.

8.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Considerando a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012X, o PDI 2015/2019 UFPI e a Resolução CNE nº 2/2015, o Curso de Licenciatura em Geografia adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em caráter obrigatório. Este perpassará os três últimos períodos letivos (6º, 7º e 8º períodos). O TCC será submetido à avaliação no Seminário de Conclusão de Curso, que ocorrerá no 7º período (correspondendo ao TCC 2).

Conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/2012 as atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração do projeto de TCC.
- II. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades apresentadas no Quadro 11.
- III. Apresentação pública do TCC.

8.8.1 A organização

No Curso de Geografia coordenador de curso terá as com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

A Coordenação dos TCC será exercida por um professor do curso, indicado pelos professores por meio da assembleia do curso e nomeado pelo coordenador do curso por um período de 2 (dois) anos.

8.8.2 A orientação

A orientação do TCC é de responsabilidade do docente vinculado e selecionado pelo Parfor/UFPI, preferencialmente, ao curso de Geografia da UFPI.

É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à coordenação do TCC ou à coordenação do curso a mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

8.8.3 As Competências

8.8.3.1 Compete ao Coordenador do TCC:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Elaborar um calendário das atividades concernentes ao andamento dos TCC, com a programação de entrega dos trabalhos (com pelo menos 15 dias de antecedência para a banca examinadora), validação dos trabalhos, sugestão dos nomes de professores pareceristas que deverá ser aprovada pela Assembleia do Curso, organização da apresentação dos trabalhos no Seminário de Conclusão de Curso e orientar sobre o encaminhamento da versão final dos textos à Coordenação de Curso.
- III. Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes às atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue à coordenação do curso.

IV. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC.

V. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas.

VI. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação.

VII. Coordenar agendas de apresentação dos TCC, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos, bem como para a comunidade em geral.

8.8.3.2 Compete ao professor orientador

I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;

II. Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;

III. Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;

IV. Comunicar ao Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso sobre as dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;

V. O professor orientador terá no máximo cinco orientandos no TCC.

8.8.3.3 Compete ao orientando

I. Escolher a proposta de trabalho, conforme disponibilidade do professor;

II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;

III. Cumprir as normas e prazos;

IV. Entregar na coordenação de curso duas cópias em formato digital (CD) da versão final do TCC, aprovada pelo professor orientador, seguindo as normas da biblioteca central da UFPI;

V. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;

VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o Programa aprovado pelo professor orientador;

VII. Acatar outras atribuições referentes ao TCC

8.8.4 Da apresentação

Sugere-se que sejam observados durante a apresentação do TCC, no Seminário de Conclusão do Curso: o uso adequado da linguagem ou clareza de expressão, a fluência verbal, a postura didática, o domínio de conteúdo, segurança e desenvoltura, arguição perante os questionamentos feitos pela banca.

A forma de apresentação do trabalho (Quadro 13) deverá ser combinada antecipadamente com o orientador, primando por uma apresentação sucinta e clara, que deverá ser avaliada, seguindo os critérios estabelecidos pela coordenação de TCC.

Quadro 13 - Possibilidades para o Trabalho de Conclusão de Curso

Tipo de Trabalho	Crítérios de Avaliação	Validação
Monografia	Trabalho escrito sobre alguma temática referente ao curso de Geografia. O texto da monografia deverá seguir às normatizações estabelecidas pela ABNT.	O trabalho deverá ser feito individualmente com a orientação de um (a) professor (a) vinculado (a), preferencialmente, ao curso de Geografia da UFPI. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso.
Relatos de experiência do Estágio Supervisionado Obrigatório	Além da experiência vivenciada durante o estágio, deverá abordar conteúdos geográficos que poderão ser trabalhados na educação básica.	O texto deverá seguir às normatizações de um relatório de atividades. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso.
Artigos	Artigos que foram submetidos à avaliação e aprovados em eventos, livros ou em periódicos. Tais artigos devem permear a temática geográfica.	Os artigos devem ter no mínimo 15 páginas e ter reconhecimento acadêmico, pelo ISSN (International Standart Serial Number) ou ISBN (International Standart Book Number). Tais artigos terão validade de um ano e meio. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso.
Projetos de intervenção	Projetos de intervenção em escolas ou instituições que promovam a educação. No texto final deverá conter as etapas de elaboração do projeto, o relato da execução do projeto e os resultados com indicações propositivas.	Tais projetos deverão ser encaminhados à coordenação do curso de Geografia para a ciência e possíveis emissões de solicitações junto à UFPI ou às entidades receptoras do projeto. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso.
Relatórios/portfólios	Poderão ser referentes aos trabalhos de campo geográfico realizados no curso ou em algum evento; uma visita técnica em instituições públicas ou privadas; participação e organização de eventos (como relato de experiência); participação nos grupos de pesquisa vinculados ao curso de Geografia; desenvolvimento de atividades de pesquisa tais como ICV, PIBID, PIBIC e outros. Também poderão ser feitos relatórios de graduação sanduíche.	Os graduandos receberão orientações sobre a elaboração desses relatórios de atividades que deverão ser entregues por escrito ao orientador. Deverá ser apresentado no Seminário de Conclusão do Curso.
Outras modalidades	Produção de recursos audiovisuais e outros.	Os graduandos produzirão um texto que explique as etapas da produção de sua escolha. Deverão apresentar no Seminário de Conclusão de curso.

8.8.5 A avaliação

A avaliação do TCC compreenderá a avaliação contínua do processo de realização pelo professor orientador e a avaliação de pelo menos dois professores pareceristas, durante o Seminário de Conclusão do Curso. Os casos omissos serão analisados na Assembleia de curso.

8.9 Orientações Acadêmicas

Os alunos ingressantes no curso de Geografia podem obter orientações acadêmicas sobre o funcionamento da universidade na Coordenação do curso de Geografia e através da Resolução CEPEX/UFPI 177/2012, que apresenta as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, assim como normas específicas do Parfor.

8.10 Infraestrutura do Curso

O curso utiliza como infraestrutura de salas de aula, bibliotecas, auditórios, salas de vídeo e setor administrativo.

8.11 Coordenação pedagógica e administrativa do Curso

O coordenador do Curso deverá dedicar, pelos menos, 12 horas semanais de trabalho às demandas referentes à coordenação de curso.

8.12 Atividades complementares (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais) (200 horas-aula)

Os estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico-culturais, constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas durante o curso de Geografia, com possibilidade de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas realizadas no decorrer do curso. Vale ressaltar que os trabalhos aceitos como ACE não poderão ser atribuídos em duplicidade para outro requisito deste currículo.

Conforme o Art. 94 da Resolução CEPEX/UFPI 177/2012 (UFPI, 2012, S.p.), o aproveitamento da carga horária poderá observar os seguintes critérios:

- I – exercício de monitoria: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividade;
- II - participação em PET: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividade;
- III - PIBID: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividade;
- IV - participação em pesquisa e projetos institucionais: até 60 (sessenta) horas cada atividade;
- V - participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI: até 60 (sessenta) horas cada atividade;
- VI – atividades de participação e/ou organização de eventos: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;
- VII – experiências profissionais e/ou complementares: até 120 (cento e vinte) horas para o conjunto de atividades;
- VIII – trabalhos publicados: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;
- IX – trabalhos de extensão: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;
- X – vivências de gestão: até 40 (quarenta) horas para o conjunto de atividades;
- XI – atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;
- XII - disciplinas Eletivas: até 60 (sessenta) horas cada atividade.

Considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais:

- a) Atividades de iniciação à docência:** estágios não obrigatórios normalizados pela UFPI, experiências profissionais (docência), monitorias, PIBID e PET;
- b) Atividades de iniciação à pesquisa:** participação em grupos de estudos e os programas de iniciação científica;
- c) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais:** congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);
- d) Atividades de extensão:** participação e/ou organização de cursos realizados em áreas afins e estudos complementares, cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;
- e) Experiências profissionais e/ou complementares:** participação em projetos sociais governamentais e não governamentais, trabalhos de campo geográficos e experiência profissional na área de Geografia e afins (consultorias, estágios, etc);
- f) Trabalhos publicados:** publicação em revistas indexadas e anais;
- g) Visitas técnicas:** visitas em instituições públicas e/ou privadas que tenham afinidade na área do curso de Geografia ou áreas afins;
- h) Vivências de gestão:** participação em órgãos colegiados (entidades de classe ligadas ao magistério) da UFPI, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;

i) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de artes (teatro, dança, coral, poesia, música) e atividades esportivas, assim como a produção e elaboração de vídeos, peças teatrais, shows, softwares, exposições e programas radiofônicos e/ou televisivos, exposições de obras de arte, entre outras manifestações artístico-culturais, assim como a aprovação ou premiação em concursos;

j) Disciplina eletiva: disciplina ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior.

As atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos de Geografia, para efeito de integralização curricular, correspondem a 200 horas, podendo ter sido cursadas anteriormente ao curso ou ainda ser desenvolvida até o último período do curso em vigor. Estas deverão ser registradas no Histórico Escolar em conformidade com as normas internas da UFPI a respeito do tema.

8.12.1 Atividades de Iniciação à docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais, monitorias, PIBID e PET.

A Universidade Federal do Piauí, entendendo que vivenciar o ambiente acadêmico não basta para formação completa do futuro profissional, busca incentivar os alunos na realização de estágios não obrigatórios normalizados. Os programas de integração empresa-escola são fundamentais para o conhecimento da vida profissional e estimulam o aluno na vida acadêmica. Os programas de integração empresa-escola serão conduzidos pela Coordenação de Estágio Extracurricular, a qual propicia agilidade na intermediação entre o estagiário e a empresa e estabelece o convênio entre as partes. Os estágios devem ser comprovados através da apresentação do Contrato de Estágio e de um relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no estágio.

Para os estudantes que já exercem a profissão - atuam na docência de geografia, em escolas públicas e/ou privadas -, serão aproveitadas as experiências docentes desde que apresentado relatório descritivo da experiência docente, comprovante de vinculação: ato de posse e contracheque e/ou carteira de trabalho e Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE, autorizando o funcionamento da Escola.

Além dos estágios, o Programa de Monitoria /Iniciação à docência tem como objetivo experimentar a vivência didático-pedagógica, sob a supervisão e orientação do professor responsável; promover reforço ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitar um aprofundamento de conhecimento na área em que se desenvolve a monitoria/tutoria.

Poderá ocorrer efetiva participação dos alunos do curso em Programas de Monitoria/

Iniciação à docência em várias disciplinas, devendo ser comprovada através de relatório do professor orientador e de declarações dos órgãos/unidades competentes. Desse modo, trata-se de uma atividade que propicia espaço para rever conteúdos, discutir dúvidas e trocar experiências, aproximando cada vez mais os corpos docente e discente.

O Programa de Educação Tutorial - PET é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, que se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. São objetivos do PET: a) Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; b) Contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; c) Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; d) Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; e e) Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior.

8.12.2 Atividades de Pesquisa: Programas de Iniciação Científica

A iniciação científica constitui um elemento acadêmico que dá suporte à política de pesquisa institucional, sendo assim atrelada à excelência da produção científica na comunidade e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos egressos. Essa política de pesquisa institucional é sistematizada, vinculada ao fomento orçamentário interno ou externo para a realização de suas atividades e fornecedora de mecanismos de sustentação e de ampliação da pesquisa na Universidade. O Programa de Iniciação Científica (PIBIC) é sustentado por elementos como a criação de um mecanismo permanente de fomento ao Programa que parta de agências governamentais, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí) e de recursos próprios da Instituição.

Os recursos próprios da Instituição são utilizados com alunos do Programa de Iniciação Científica que recebem incentivos financeiros por participarem do desenvolvimento de projetos de pesquisas com relevância institucional. Vinculada a este Programa está a Política de Bolsas Acadêmicas, que complementa o projeto de bolsas de estudos e destina-se aos alunos de graduação da Universidade para desenvolvimento de atividades de pesquisa sob supervisão de um docente orientador.

Os alunos são também incentivados à iniciação científica, recebendo orientações para as suas pesquisas acadêmicas, em parceria com alunos da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Além

disso, há incentivo para a participação de alunos da Universidade em Programas de Iniciação Científica de Instituições Públicas de Pesquisa reconhecidas na comunidade científica.

No Programa de Iniciação Científica, os alunos têm nessa atividade um incentivo à excelência da sua formação acadêmica e à participação efetiva em projetos de pesquisa orientados por docentes devidamente credenciados. Composto o Programa, estão aqueles projetos com mérito técnico-científico, com viabilidade de execução técnica e orçamentária, com a aprovação prévia pelo Núcleo de Pesquisa, que por sua vez conta com verba destinada ao fomento da pesquisa institucional prevista no orçamento da Universidade. O projeto também deve seguir a padronização institucional de um projeto de pesquisa viável do ponto de vista técnico-científico e metodológico.

A Iniciação Científica objetiva despertar o interesse pela pesquisa e incentivar os alunos nesse sentido. Os alunos inscrevem, juntamente com um orientador qualificado e experiente, seu projeto de pesquisa, que será submetido à avaliação por professores pesquisadores da UFPI (Pós-Graduação). Após análise e aprovação das comissões, incluindo a do Comitê de Ética e Pesquisa, o projeto terá início e o aluno poderá receber bolsas de pesquisa. Para o aproveitamento das atividades complementares, o estudante deverá apresentar relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes.

8.12.3 Atividades de participação e/ou organização de eventos

Os eventos científicos, dentro e fora da IES, constituem-se como fonte essencial na busca e apreensão de novos conhecimentos, sendo que sua finalidade é reunir profissionais ou estudantes de uma determinada especialidade para trocas e transmissão de informações de interesse comum aos participantes.

A participação em eventos locais, regionais, nacionais ou internacionais, diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Geografia, possibilita a interação entre os estudantes, como também permite a integração com outros profissionais da área e afins, favorecendo o acesso a novas informações, assim como permite a publicação/divulgação dos trabalhos produzidos na academia.

A coordenação do curso promove regularmente simpósios, seminários, palestras, exposições, entre outras modalidades de eventos, bem como divulga e incentiva participação dos discentes como ouvinte, organizando ou apresentando trabalhos em eventos locais, regionais, nacionais ou internacionais, visto que estes contribuem para o aprofundamento do conhecimento e para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem dos discentes do curso.

Para o aproveitamento das atividades complementares, o estudante deverá apresentar

certificado de participação e/ou organização de eventos, anais publicados, assim como declarações dos órgãos/unidades competentes.

8.12.4 Atividades de Extensão: cursos/atividades em áreas afins

A participação ou organização pelo corpo discente de eventos de natureza técnico-científica, cultural e esportiva, dentro e fora desta IES, faz parte das estratégias do curso para contemplar uma formação ampla, incentivando a busca permanente da formação profissional e o aprimoramento dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, há ações regulares de apoio à participação em atividades de extensão comunitária, eventos e cursos de extensão, dentro e fora da IES. Estas atividades contribuem para a formação integral do estudante e são consideradas extracurriculares por não estarem contempladas nas atividades de extensão desenvolvidas no curso de Geografia da UFPI. Deverão ser comprovadas através de certificados ou declaração do órgão/unidade competente.

8.12.5 Experiências profissionais e/ou complementares

A experiência profissional na área de Geografia e áreas afins também pode ser efetivada por meio de estágios realizados em consultorias e órgãos que desenvolvam atividades onde haja necessidade do conhecimento da Geografia. Os estágios devem ser comprovados através de Contrato de estágio, Termo de Compromisso da Pró-Reitoria de Extensão, de atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos, assim como de declaração do órgão/unidade/instituição competente.

As experiências profissionais complementares podem ser também efetivadas a partir da participação dos discentes em projetos sociais governamentais ou não governamentais, visto que estas atividades contribuem para a interação dos discentes com um ambiente de convivência social e integração, a partir do desenvolvimento de atividades dinâmicas e diversificadas. Deverão ser comprovadas através de certificados ou declaração do órgão/unidade competente.

8.12.6. Trabalho de Campo Geográfico

O trabalho de campo geográfico pode transformar-se em um dos mais importantes métodos de estudo da Geografia, visto que a execução de estudos empíricos *in loco* é de fundamental importância para a observação dos objetos analisados por essa ciência, sendo também muito útil no ensino de Geografia. Este deverá ser realizado em atividades extraclasse organizadas pelos professores formadores do curso de Geografia, por grupos de

pesquisa vinculados ao curso ou em eventos científicos, desde que haja um documento comprobatório da efetiva participação do discente, emitido pelo docente ou responsável, poderá ser aceito como ACE.

8.12.7 Trabalhos Publicados

São considerados trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais de congressos, bem como apresentações de trabalhos em eventos científicos. Para comprovação dos mesmos, os alunos devem apresentar cópias dos artigos publicados e/ou outros documentos comprobatórios.

8.12.8 Visitas técnicas

As visitas técnicas deverão ocorrer na área do curso de Geografia ou áreas afins que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente. Essas atividades deverão ser comprovadas por meio de relatório e ou declaração assinada pelo professor orientador.

8.12.9 Atividades de Gestão

A participação em órgão colegiado classista, seja na condição de estudante (movimento estudantil) ou de profissional (entidades de classe ligadas ao magistério), como membro da diretoria, deverá ser comprovada através das atas das reuniões das quais o estudante participou, declaração do órgão/unidade competente, e/ou outros atestados de participação e apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.

8.12.10 Atividades Artístico-culturais, Esportivas e Produções Técnico-científicas

Referem-se à participação em grupos de artes (teatro, dança, coral, poesia, música) e atividades esportivas, assim como produção e elaboração de vídeos, peças teatrais, shows, softwares, exposições e programas radiofônicos e/ou televisivos, exposições de obras de arte, entre outras manifestações artístico-culturais. Esta participação deve ser comprovada por meio de atestados de participação, apresentação de relatórios ou trabalhos produzidos.

A Coordenação do Curso de Geografia, com o apoio de uma comissão, efetuará o registro, o acompanhamento e a avaliação das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelos estudantes durante a realização do curso, que sejam compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso, podendo oferecer atividades com esse fim ao longo do mesmo.

Além destes, a aprovação ou premiação em concursos artístico-culturais e científicos fazem parte das atividades acadêmico-científico-culturais, contribuindo para a formação integral do estudante dentro e fora da Instituição. Essas atividades deverão ser comprovadas através de certificado ou declaração do órgão/unidade competente.

8.12.11 Disciplina eletiva

A disciplina eletiva é escolhida pelo estudante que deseja aprofundar e/ou complementar conhecimentos relativos à sua formação. Pode ser ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior, devendo ser disciplinas ligadas a área de Geografia e/ou áreas afins. A integralização da disciplina deverá ser comprovada por histórico escolar.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos nos Quadros 14 a 23:

Quadro 14 - ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA- Até 60 (sessenta) horas para cada atividade			
PESQUISA			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Participação em grupos de estudo e de pesquisa	Participação em grupos de estudo e de pesquisa sob supervisão de professores da UFPI e/ou alunos de cursos de mestrado e doutorado da UFPI na área de geografia ou áreas afins. Certificação: relatório do professor orientador e/ou declaração do órgão/unidade competente.	30	60
		Total	60

Quadro 15 - ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Participação em eventos internacionais/nacionais/locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Geografia e áreas afins, com apresentação de trabalho. Certificação: certificado de participação, anais, apresentação de relatórios ou declarações dos órgãos/unidades competentes.	Participação em eventos internacionais/nacionais/locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Geografia e áreas afins, com apresentação de trabalho. Certificação: certificado de participação, anais, apresentação de relatórios ou declarações dos órgãos/unidades competentes.	10	20
Participação em eventos internacionais/nacionais/locais/regionais como organizador ou ouvinte	Participação na equipe de organização ou como ouvinte em eventos internacionais/nacionais/locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Geografia. Certificação: certificado de participação ou declarações dos órgãos/unidades competentes.	15	30

Participação em minicursos	Participação em minicursos como assistente/ouvinte apenas ou como ministrante na área de história ou áreas afins. Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.	5	10
Total			60

Quadro 16 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Projeto de Extensão	Projeto de Extensão - um semestre de participação com bolsa ou sem bolsa na área de história ou áreas afins. Certificação: Certificado ou declaração do órgão/unidade competente.	20	40
Curso de Extensão como ouvinte apenas	Curso de Extensão como ouvinte apenas na área de história ou áreas afins, mínimo 8h/a. Certificação: Certificado ou declaração do órgão/unidade competente.	10	20
Curso de Extensão como ministrante	Curso de Extensão como ministrante na área de história ou áreas afins, mínimo 8h/a. Certificação: Certificado ou declaração do órgão/unidade competente.	15	30
TOTAL			90

Quadro 17 - EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: até 120 (cento e vinte) horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Participação em Projetos sociais	Projetos sociais governamentais ou não governamentais. Certificação: relatório e/ou declaração do órgão/unidade competente.	10	10
2. Trabalho de campo geográfico	Participação em atividades extraclasses organizadas pelos professores formadores do curso de Geografia, por grupos de pesquisa vinculados ao curso ou em eventos científicos, desde que haja documento comprobatório da efetiva participação do discente, emitido pelo docente ou responsável. Certificação: relatório e/ou declaração do órgão/unidade competente.	20	40
3. Experiências profissionais	Experiência profissional na área de Geografia e afins (consultorias, estágios, etc.), por um período mínimo de um semestre. Certificação: Contrato de Estágio, termo de compromisso da Pró-Reitoria de Extensão, atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos, declaração do órgão/unidade/instituição competente.	30	60
Total			120

Quadro 18 - TRABALHOS PUBLICADOS: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades

PESQUISA			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Publicações de trabalhos integrais em anais de eventos nacionais, internacionais, regionais e locais.	Publicação em anais de congressos e similares. Certificação: declaração do órgão/unidade/instituição competente, cópia dos anais, etc.	15	45
Publicações em periódicos	Publicações em periódicos especializados Certificação: declaração do órgão/unidade/instituição, cópia dos periódicos, etc.	15	45
Total			90

Quadro 19 - VISITAS TÉCNICAS: até 10 (dez) horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	
		Máxima	Máxima
1. Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso de Geografia ou áreas afins que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um professor responsável, consultado previamente. Certificação: relatório e ou declaração assinada pelo professor orientador.	5	10
Total			10

Quadro 20 - VIVÊNCIAS DE GESTÃO: até 40 (quarenta) horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Participação em órgãos classistas da UFPI	Participação, como representante estudantil, em Colegiados e Curso, Conselho Departamental e Conselhos superiores da UFPI. Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão. Certificação: declaração do órgão/unidade competente. Atas das reuniões das quais o aluno participou; outros atestados de participação.	10	20
2. Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério) como membro da diretoria	Atuação como dirigente de Centro Acadêmico, Diretório Central de Estudantes e entidades nacionais de representação estudantil. Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão. Certificação: declaração do órgão/unidade competente. Atas das reuniões das quais o aluno participou; outros atestados de participação.	15	30
Total			40

Quadro 21 - ATIVIDADES ARTÍSTICO—CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA - 90 (quarenta) horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Atividades Artístico-culturais, esportivas e	Participação em grupos de artes (teatro, dança, coral, poesia, música) e atividades esportivas, assim como	20	80

produções técnicas e científicas.	produção e elaboração de vídeos, peças teatrais, shows, softwares, exposições e programas radiofônicos e/ou televisivos, exposições de obras de arte, entre outras manifestações artístico-culturais, devidamente comprovados. Certificação: atestados/certificados de participação; apresentação de relatório técnico e trabalhos produzidos ou produtos.		
2. Recebimento de premiação e aprovação em concursos públicos.	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, atividades acadêmicas e aprovação em concursos públicos na área de Geografia e/ou áreas afins, devidamente comprovados. Certificação: declaração do órgão/unidade competente.	10	10
Total			90

Quadro 22 - DISCIPLINA ELETIVA - Até 60 horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1. Disciplina eletiva ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior.	Disciplina eletiva ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior. São disciplinas ligadas a área de Geografia e/ou afins. Certificação: Histórico escolar.	30	60
Total			60

Quadro 23: ESTÁGIOS NÃO OBRIGATORIOS: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	
		Máxima	Máxima
ESTÁGIOS NÃO OBRIGATORIOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	Estágios não obrigatórios em outras instituições de ensino. No mínimo um semestre letivo. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	45	90
TOTAL			90

O calendário universitário estipulará período para solicitação de integralização das atividades acadêmico-científico-culturais junto à Coordenação do Curso de Geografia, até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

A Coordenação do Curso, com o apoio de uma comissão, avaliará o desempenho do aluno nas atividades acadêmico-científico-culturais, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório, estipulando a carga horária a ser aproveitada e encaminhando os dados obtidos para registro.

9 APOIO AO DISCENTE

No curso de Geografia, a coordenação pedagógica deverá ser acionada para orientar aos discentes que necessitem de apoio para lidar com os aspectos referentes ao ensino-aprendizagem e de sua formação docente.

Para casos em que fique limitada a ação da coordenação pedagógica do curso de Geografia, a UFPI oferece gratuitamente ao seu corpo discente assistência pedagógica, por meio do Serviço Pedagógico (SEPE) ou no Núcleo de Acessibilidade (NAU), e para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Alunos com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem podem buscar espontaneamente os serviços de apoio pedagógico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), NAU e Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs).

9.1 Atividades de apoio didático/nivelamento

Os graduandos do curso de Geografia que necessitarem de apoio didático devem consultar a coordenação geral do curso. Esta, por sua vez, encaminhará a solicitação ao NDE, que deliberará sobre cada caso. O NDE poderá sugerir atividades, de acordo com as possibilidades do curso de Geografia ou solicitar apoio junto às outras coordenações de cursos da UFPI, quando for necessário.

9.2 Atividades Extracurriculares

Contempla o apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento não computados como atividades complementares e de participação em centro acadêmicos e em intercâmbios.

O discente chega à universidade com suas particularidades e individualidades. Tal contexto pode influenciar na sua carreira profissional de diferentes formas, o que inclui seus interesses e conquistas que estão além do curso universitário. Desse modo, pode-se considerar como atividades extracurriculares as que têm relação com as artes, ações na comunidade, governança, mídia, música, esportes, voluntariado e outras.

10 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS¹⁵

¹⁵ A escolha dos ementários e referências para as disciplinas priorizou a atualização das temáticas referentes aos conteúdos centrais elencados pelos professores do curso de Geografia da UFPI. Quanto às referências bibliográficas nota-se que foram incluídas citações de e-book, artigos divulgados em periódicos, livros impressos e outros tipos de publicações, com intuito de atender ao planejamento pedagógico para às disciplinas do curso. Embora, ainda permaneçam as indicações de livros de décadas passadas, os quais não possuem atualizações, porém são necessários para a construção do conhecimento geográfico.

I PERÍODO

Disciplina: Seminário de Introdução ao Curso de Geografia/ Créditos: 1.0.0 / Carga Horária: 15h

Ementa: Conceitos sobre o Curso de Geografia. O Guia Universitário. Conhecimentos sobre a Organização Acadêmica e Administrativa da Universidade Federal do Piauí.

Bibliografia básica

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/UFPI N° 017/15**. Guia Acadêmico do aluno, 2017.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/UFPI N° 177/2012**, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n° 032/05**, de 10 de outubro de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí, 2005.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Resolução CNE/CES N° 14**, de 13 de março de 2002. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Geografia. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2008.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 76/15**, de 09 de junho de 2015. Regulamenta o programa de monitoria da UFPI, 2015.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia - UFPI**. Teresina, 2007.

_____. Conselho Universitário. **Resolução N° 21/00**, de 21 de setembro de 2000. Regimento Geral da UFPI, 2000.

Disciplina: Introdução à Metodologia Científica / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Metodologia das ciências. Metodologia do estudo. Metodologia de trabalho científico. Método e processo de conhecimento humano. A ciência e a pesquisa científica.

Bibliografia básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução á filosofia. São Paulo, Moderna, 1986.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). **Construindo o saber:** técnicas de metodologia científica. Campinas, Papyrus, 1998.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para o uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: Mc-Craw-Hiil do Brasil, 1993.

Bibliografia complementar

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasilienses, 1993.

HUHINE, Leda Miranda (Org.) **Metodologia Científica**: caderno de textos e técnicas, 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1988.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica** 12 ed. Amp., Porto Alegre, Vozes: 1988.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

Disciplina: Filosofia da Educação / Créditos: 4.0.0/ Carga Horária: 60h

Ementa: Filosofia e a filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia. Concepções de educação, tarefas da filosofia da educação. Relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ética, política e estética: as discussões sobre gênero, diversidade étnico-racial, sexual, religião e questões geracionais. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. de. **A Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRITO, E. F. de; CHANG, H. (Org.) **Filosofia e Método**. São Paulo: Loyola, 2002.

CHAUÍ, Marilena et al. **Primeira filosofia**: lições introdutórias. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia complementar

ARANHA, M. L. de. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1986.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense; 1986.

FAYE, J. P. **O que é filosofia?** 14 ed. Rio de Janeiro: 2002.

GIROUX, H. **Teoria Crítica e resistência em educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

GIROUX H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Poro Alegre: Artes Medicas, 1997.

Disciplina: História da Geografia / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Aspectos históricos do conhecimento geográfico. Correntes do pensamento geográfico. A consolidação da Geografia como ciência moderna e a constituição das disciplinas geográficas. A Geografia e perspectivas.

Bibliografia básica

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Parte 2.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, Razão e Emoção. 4. ed. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Alder Guilherme. Fundamentos históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: DEFFONTAINES, Pierre. Posições da geografia Humana – Porque Geografia Humana? Tradução de Amarante Romariz. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 32, jul. 1959.

DAVIS, William Moris. O Ciclo Geográfico. Tradução de Vancil Cardoso Cabral e Fernanda Aparecida Leonardi. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 139-166, 2013.

GODOY, Paulo R. Teixeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2010. (v. 2).

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n.35, p. 43-53, jan/jun. 2003.

Disciplina: Introdução à Geologia / Créditos: 3.1.0/ Carga Horária: 60h

Ementa: Origem do Universo e da Terra. A Terra como um sistema. Tempo Geológico. Estrutura e composição da Terra. Geodinâmica interna. Tectônica de placas, vulcanismo e abalos sísmicos. Crosta terrestre: mineralogia e petrografia. Geodinâmica externa. Geodiversidade e Geoconservação.

Bibliografia básica

GUERRA, Antonio T.; GUERRA, Antonio J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

POPP, José H. **Geologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LCT Editora, 1999.

PRESS, Frank; SILVER, Raymond.; GROTZINGER, John.; THOMAS, Jordan. H. **Para entender a terra**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria. C. de; FAIRCHILD, Thomas R.; TAIOLI, Fábio. **Decifrando a terra**. São Paulo: IBEP, 2009.

Bibliografia Complementar

BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João Henrique. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CPRM, 2003.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sergio E do. **Geologia geral**. São Paulo: Nacional, 2001.

MANZIG, Paulo C. **O tempo geológico**. Disponível em: <<http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf> . Seção de Textos Geotematicos em PDF>. Acesso em: 24 jan. 2015.

SGARBI, Geraldo N. C. **Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Disciplina: Cartografia / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Algumas definições para a Cartografia. Relação histórica e a produção do conhecimento cartográfico. Processos de orientação Sistema de referência terrestre – coordenadas geográficas. Escala cartográfica. Projeções cartográficas. Convenções cartográficas. Planimetria e altimetria.

Bibliografia básica

ANDRADE, Paulo Araújo. **Curso de cartografia básica**. Florianópolis: UFSC, 1988.

DUARTE, Paulo A. **Fundamentos de cartografia**. 2. ed. Florianópolis: EDFSC, 2003.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

Bibliografia Complementar

- RAISZ, Erwin. **Cartografia Geral**. Rio de Janeiro: Editara Científica, 1969.
- DBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Editora Nacional – USP, 1975.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística — Departamento de Cartografia. **Noções básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro. 1999. (Manuais técnicos em geociências).
- JOLY, F. A **Cartografia**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- MARTINELLI, Marcello. **Cartografia temática: cadernos de mapas**. São Paulo: Edusp, 2003.
- NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. São Paulo: Edgard Blucher, 1988.
- OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

II PERÍODO

Disciplina: Estatística Aplicada à Geografia / Créditos: 1.1.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: Geografia, método científico e quantificação. Amostragem. Mensuração e descrição estatística. Estatística espacial: medidas padrão e medidas de variabilidade. Similaridade e classificação. Técnicas selecionadas de quantificação.

Bibliografia básica

- LEVIN, J. **Estatística aplicada às ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.
- GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.
- COLE, J. P.; KING, C. A. M. **Quantitative Geography**. John Wiley & Sons, London, 1968.

Bibliografia complementar

- EBDON, D. **Statistics in Geography - A practical Approach**. Basil Blackwell: Oxford, 1978.
- HAGGETT, P.; CLIFF, A.; FREY, A. **Locational Analysis in Human Geography**. London: Edward Arnold, 1977.
- HAMMOND, R.; McCULLAGH, P. **Quantitative Techniques in Geography – an introduction**. Clarendon Press: Oxford, 1975.
- SMITH, D. M. **Patterns in Human Geography**. Penguin Books Middlesis, 1977.
- TAYLOR, P. J. **Quantitative methods in Geography**. Houghton Mifflin Co.: Boston, 1977.

Disciplina: Teoria e Método de Geografia / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Princípios filosóficos e teóricos do saber científico. Os métodos, as teorias e as categorias de análise da natureza e da sociedade para a Geografia. As abordagens atuais na epistemologia das ciências: paradigma da complexidade, fenomenologia, hermenêutica e semiótica e suas implicações na produção do conhecimento geográfico. Teoria social e pensamento geográfico brasileiro. Teoria de aprendizagem e o ensino de Geografia.

Bibliográfica básica

- CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea: una introducción a la Geografia**. Barcelona: Barcanova, 1981.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas**. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: edições 70, 2006. P. 103 à 135.

FEYRABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Disciplina: Psicologia da Educação / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Ciência psicológica. Desenvolvimento e aprendizagem. Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

Bibliografia básica

MACEDO, Rosa Maria de Almeida. O processo de desenvolvimento humano explicando por que somos tão iguais e tão diferentes. In: CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. (Org.). **Temas em Psicologia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOLON, S. I. **Psicologia Social – subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ZANELLA, Liane. Aprendizagem: uma introdução. In: LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e Educação: o significado do aprender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

Bibliografia complementar

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. ; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia Sócio-Histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAGHIROLI, E. M. et al. **Psicologia Geral**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. Trad. Lenke Perez. São Paulo: Makron Books, 2001.

LAROCCA, P. **Psicologia na formação docente**. Campinas, SP: Alínea, 1999.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

Disciplina: Geografia Econômica / Créditos: 2.0.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: Modos de produção e formações socioespaciais. O processo de formação da economia internacional (DIT's). As correntes da economia: o Keynesianismo, Toytismo, Neoliberalismo. Organização das atividades produtivas e os respectivos impactos territoriais. Fontes de energia no mundo e no Brasil. Mudanças ocorridas na produção contemporânea do espaço brasileiro. Os movimentos estruturais e conjunturais da economia brasileira: as crises econômicas e as crises financeiras.

Bibliografia básica

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia econômica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTIN, Ron. Teoria econômica e a geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). **A geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

Bibliografia complementar

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. São Paulo: Difel, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem – do feudalismo ao século XXI**. 22. ed. São Paulo: LTC, 2010.

SANTOS, Milton e Silveira, Maria Laura. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

Disciplina: Climatologia Geográfica/ Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Tempo. Clima. Fatores e elementos climáticos. Circulação Atmosférica: escalas e dinâmica. Classificações climáticas: abordagens e modelos. Tipos climáticos da Terra e do Brasil. Clima urbano.

Bibliografia básica

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 43. ed. São Paulo: DIFEL, 1993.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVERIA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

_____; MONTEIRO, Carlos Augusto de F. (Org.). **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar

CONTI, José Bueno. **Clima e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

FANNERY, Tim. **Os senhores do clima**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **Teoria e clima urbano**. Série Teses e Monografia. 25. ed. São Paulo: IGEO/USP, 1976.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **História da climatologia no Brasil: gênese e paradigmas do clima como fenômeno geográfico**. Tese de Livre-Docência. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.

ZAVATTINI, João Afonso; BOIN, Marcos Norberto. **Climatologia geográfica: teoria e prática de pesquisa**. Campinas-SP: Editora Alinea, 2013.

Disciplina: Cartografia Temática/ Créditos: 2.2.0/ Carga Horária: 60 horas

Ementa: Cartografia e Geografia. Cartografia Temática: princípios e fundamentos. O mapa sob a ótica da comunicação. Semiologia gráfica: mapas, gráficos, redes. Métodos de representação temática. Análise e Interpretação de mapas temáticos. Cartografia Temática Digital. Cartografia escolar.

Bibliografia básica

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENESES, Paulo Márcio Leal de.; FERNANDES, Manoel Couto. **Roteiro de cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, [s.d].

NOGUEIRA, Ruth E. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Bibliografia Complementar

ARCHELA, Rosely. S.; ARCHELA, Edison. Mapeamento sistemático brasileiro: evolução histórica da cartografia. In: SEEMANN, Jörn. (Org.). **A aventura cartográfica - perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005, p. 21-38.

DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia temática**. Florianópolis: editora da UFSC, 1991.

JOLY, Fernand. **Cartografia**. Campinas: Papirus, [s.d].

MARTINELLI, Marcello. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Gráficos e mapas: construa-os você mesmo**. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

III PERÍODO

Disciplina: Didática Geral / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

Bibliografia básica

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2010.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Cortez, 2008.

Bibliografia complementar

HYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. As dimensões do processo didático na ação docente. In: **A aventura de formar professores**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. In: RIOS, Teresinha Azeredo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

Disciplina: História da Educação / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

Bibliografia básica

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A Educação negada: introdução aos estudos da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991.

NUNES, C. (Org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

LOPES, E. M. T; FARIAS FILHO, M; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Bibliografia Complementar

FARIA FILHO, Luciano M. de (Org.) **Pesquisa em História da Educação**: perspectiva de análise. Belo Horizonte: HG edições, 1999.

GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da Educação em Perspectiva**: ensino, pesquisa produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (Org.). **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

_____. **História da Educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Disciplina: Geomorfologia / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Natureza e objeto da Geomorfologia. Teorias e metodologias utilizadas no estudo da Geomorfologia. Processos endógenos e exógenos na formação do relevo. Escalas espaciais no estudo geomorfológico. Domínios morfoclimáticos. Tipos e evolução do relevo nas unidades estruturais e formas recentes. A Geomorfologia no planejamento e na gestão ambiental.

Bibliografia básica

FLORENZANO, Teresa. G. (Org.). **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GUERRA, Antonio J. T. **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geomorfologia, ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia complementar

CASSETI, Valter. **Geomorfologia**. [S.l]: 2005. Disponível em: <<http://www.funape.org.br/geomorfologia/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUERRA, Antonio José T. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

IBGE. **Manual técnico de geomorfologia**. Série - Manuais Técnicos em Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, n. 5.

JATOBÁ, Lucivânio; LINS, Raquel C. **Introdução à geomorfologia**. 2. ed. Recife: Bagaço, 1998.

PENTEADO, Margarida M. **Fundamento de Geomorfologia**. IBGE. Rio de Janeiro, 1983.

VENTURI, Luis A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e de laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Disciplina: Hidrografia / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Hidrografia: conceitos. Distribuição da água na Terra, usos e importância de seu estudo geográfico. Águas marinhas. Águas subterrâneas e Águas superficiais. Bacias e redes hidrográficas. Tipos e representação do trabalho dos rios. Água: legislação e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia básica

REBOUÇAS, Aldo; BRAGA JUNIOR, Benedito Pinto Ferreira; TUNDISI, José Galizia. (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 1. ed. São Paulo: Escrituras, 1999.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; TORRES, Fillipe T. **Introdução a hidrogeografia**. [S.l]: Cengage Learning, 2013.

TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. 3. ed. São Carlos: RIMA, 2009.

Bibliografia Complementar

BRANCO, Samuel Murgel. **Água: origem, uso e preservação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

LIMA, Iracilde M. Moura Fé. **Água: recurso natural finito**. Teresina: SEMAR, 2004. Disponível em: <<http://iracildefelima.webnode.com>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____.; AUGUSTIN, Cristina H. R. R. Rio Parnaíba: dinâmica e morfologia do canal fluvial no trecho do médio curso. **Revista Equador (UFPI)**, Edição Especial XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Teresina - Piauí. [S.l], v. 4, n. 3, p. 418 – 424, 2015. Disponível em: <<http://iracildefelima.webnode.com>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____.; _____. Bacia hidrográfica do rio Poti: dinâmica e morfologia do canal principal no trecho do baixo curso. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 10. Anais...** Manaus, AM, 2014. Disponível em: <<http://iracildefelima.webnode.com>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PORATH, Soraia Loechelt. **A paisagem de rios urbanos: a presença do rio Itajaí-açu na cidade de Blumenau**. 2004. 166f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Disciplina: Sistema de Informações Geográficas/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Bases conceituais e teóricas sobre os Sistemas de Informações Geográficas (SIG's). Potencial das técnicas de Geoprocessamento para a representação de fenômenos e modelos ambientais relacionados a diversos campos de estudos. Noções de Sensoriamento Remoto. Obtenção, armazenamento, tratamento e apresentação de dados georreferenciados na elaboração de mapas, utilizando técnicas, aplicativos e equipamentos computacionais.

Bibliografia básica

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MEIRELLES, Margareth S. P; CAMARA, Gilberto; ALMEIDA, Cláudia M. **Geomática. Modelos e Aplicações Ambientais**. Brasília: Embrapa, 2007.

NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

Bibliografia complementar

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

JENSEN, John R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente: Uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. 2. ed. Belo Horizonte: Nacional, 2005.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e análise ambiental**: aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Z AidAN, R.T. **Fotointerpretação e sensoriamento remoto**. Juiz de Fora: UFJF, [s.d].

IV PERÍODO

Disciplina: Biogeografia / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Biogeografia: definições, conceitos básicos, história e desafios. As teorias biogeográficas. Padrões e processos de distribuição geográfica das espécies: cosmopolitas, disjuntivas e endêmicas. O papel dos fatores ambientais na distribuição dos seres vivos. Biogeografia e Sistemas. Paisagens naturais mundiais, brasileiras e piauienses e a problemática ambiental. Biodiversidade: natureza, perdas, estratégias de conservação e recuperação. Relações entre a Biogeografia e o planejamento ambiental dos biomas. Trabalho de Campo.

Bibliografia básica

BROW, James H.; LOMOLINO, Mark V. **Biogeografia**. Tradução Iulo F. Afonso. 2. ed. rev. ampl. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2006.

COX, C. Barry; MOORE, Peter D. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolucionária. Tradução e revisão técnica de Luiz Felipe C. F da Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

FIGUERÓ, Adriano. **Biogeografia**: dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de textos, 2015.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Cláudio J. B. de; ALMEIDA, Eduardo A. B. (Org.). **Biogeografia da América do Sul**. Padrões e processos. São Paulo: Roca, 2010.

PASSOS, Messias M. dos. **Biogeografia e paisagem**. 2. ed. Maringá: [S.n], 2003.

ROMARIZ, Dora A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

_____. **Biogeografia**: temas e conceitos. São Paulo: Scortecci, 2008.

TROPPMAIR, Helmut. **Biogeografia e meio ambiente**. 7. ed. Rio Claro: Divisa, 2006.

Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: O ensino-aprendizagem de Geografia na educação básica. Métodos, técnicas e instrumentos do ensino de Geografia. Conteúdos: como selecionar, organizar e mediar no ensino. Os recursos didáticos e o ensino de Geografia.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Rosangela D. de; PASSINI, Elza Yasuko. **Espaço geográfico**: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**: o professor. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Lugares periféricos da cidade, vida cotidiana e o ensino de geografia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Geografia: ensino de quinta a oitava séries**. Brasília, DF: MEC-SEF, 1998a. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC-SEF, 1998b. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte I – Bases legais. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000a. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000b. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Disciplina: Pedologia / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Fatores de formação do solo. O perfil do solo. Horizontes dos Solos. Caracteres morfológicos dos solos. Principais propriedades físicas do solo. Pedogênese. Sistema de classificação de solos. Classificação brasileira de solos.

Bibliografia básica

EMBRAPA. CNPS. **Sistema Brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro, 2013.

LEPSCH Igo F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SANTOS, Raphael David dos. et al. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 6. ed. Viçosa - MG: Sociedade Brasileira de ciência do solo, 2013.

Bibliografia complementar

BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do solo**. São Paulo: Ícone, 1990.

BRADY, Nyle C. **Natureza e propriedade dos solos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989.

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro, 1997.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MONIZ, Antonio. C. **Elementos de pedologia**. São Paulo: Polígono, 1972.

Disciplina: Geografia da População / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Teorias demográficas. Análise dos indicadores populacionais. Estrutura da população: etnia e gênero. Os movimentos populacionais. Classes, grupos e camadas sociais, elementos da formação econômico-social capitalista. Fenômenos e produção do espaço urbano ligado à população. Trabalhos práticos: pesquisa em diferentes contextos populacionais. A Geografia da População e o ensino de Geografia. Diversidade étnico-racial e étnico-social desigualdade racial e social no Brasil.

Bibliografia básica

BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1986.

Bibliografia Complementar

JACQUARD, Albert. **Explosão demográfica**. A. São Paulo, ÁTICA, 2002.

SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maira Stella Ferreira; SZMARECSÁNYI, Tamás (Org.) **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SZMARECSÁNYI, Tomás. **Dinâmica da população: teoria métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VARRIÈRE, Jacques. **As políticas de população**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

V PERÍODO

Disciplina: Geografia Política e Geopolítica / **Créditos:** 3.1.0 / **Carga Horária:** 60h

Ementa: Geografia política e Geopolítica: as diferentes abordagens conceituais. Geografia e geopolítica: definição, geoestratégia e fronteiras. As diversas concepções de poder: o político, o econômico e o militar. Conflitos contemporâneos: etnias, religiões, recursos naturais e tecnológicos. Os poderes hegemônicos na redefinição das políticas territoriais da América Latina e do Brasil.

Bibliografia básica

CASTRO, Iná Elias de. O sistema internacional contemporâneo: globalização e organizações supranacionais. In: **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 213-275.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

MAGNOLI, Demetrio. **O mundo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2008.

Bibliografia complementar

ARBEX JR., José. **A outra América: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos**. São Paulo: Moderna, 1993.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica - discurso sobre o território e o poder**. São Paulo: Edusp, 1992.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Relações internacionais: cenários para o século XXI**. São Paulo: Scipione, 2000.

SCARLATO, Francisco Capuano et al. **O novo mapa do mundo: globalização e espaço**

latino-americano. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas-SP: Papirus Editora, 2003.

Disciplina: Sociologia da Educação / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A Sociologia como ciência. Teorias sociológicas clássicas. Conceitos fundamentais para a compreensão da relação Educação/ Sociedade. A Educação como objeto de estudo da Sociologia. Teorias contemporâneas em Sociologia da Educação. Campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais, trajetórias escolares e estruturas sociais.

Bibliografia básica

BAUDELLOT, C. A. Sociologia da Educação para que? **Teoria & Educação**. Porto Alegre. n. 3, p. 29-42, 1991

CUNHA, L. A. Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociologia da educação: primeiras aproximações. **Tempo Social**. São Paulo, n. 1-2, p. 169-182, 1994.

_____. L. A. **A Educação na sociologia:** um objeto rejeitado In. Caderno CEDE, 27, p.9-22, 1992.

Bibliografia complementar

DURKHEIM, Émile – **Educação e Sociedade**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ENQUITA, Mariano F. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. **A sociologia na escola:** professores, educação e desenvolvimento, 1992.

GOMEZ, A. I. P. **A cultura na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.) **Família e escola:** trajetória de escolarização em camadas médias e populares. 4. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

Disciplina: Avaliação da aprendizagem / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

Bibliografia básica

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediacao, 2007.

Bibliografia complementar

DALBEN, Ângela I. L de F. **Conselhos de classe e avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papirus, 2004.

DEPRESBITERIS, Lea. **Avaliação educacional em três atos**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MELCHIOR, Maria Celina. **Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação**. Porto Alegre: Premier, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Disciplina: Geografia da Indústria, Comércio e Serviços/ Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Transformações das atividades: indústria, artesanato à manufatura. A revolução industrial e a reordenação espacial da sociedade moderna. Modelos de industrialização. O paradigma técnico-científico moderno e os problemas ambientais e locacionais do espaço industrial. A crise do padrão, as inovações tecnológicas e a nova espacialidade. Economia dos serviços. Mercado de trabalho e a questão racial.

Bibliografia básica

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. São Paulo, Contexto, 2001.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. In: _____. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005, p. 78-87.

Bibliografia completar

AMÂNCIO, I. **África-Brasil-Àfrica**: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

ARAÚJO, Tânia Barcelar. Industrialização no Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

MOORE, C. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOREIRA, L. R. (Org.). **Identidade Organizacional**. Um diferencial para a competitividade de empresas moçambicanas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização**: luzes e sombras no debate brasileiro. Brasília: Ipea, jun. 2012. (Texto para Discussão, n. 1747). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15031>.

Acesso em: 29 ago. 2017.

Disciplina: Bases Físico-naturais do Brasil / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Bases lito-estruturais da América do Sul e do Brasil. Os grandes domínios estruturais do Brasil e os relevos derivados. Gênese e evolução das formas de relevo brasileiro. Propostas de Classificação do relevo brasileiro. Sistemas atmosféricos atuantes no Brasil. Quadro climático, vegetacional e hidrográfico do Brasil. Relação unidades geomorfológicas x clima x solo x vegetação: os grandes domínios morfoclimáticos brasileiros. Estudos integrados da paisagem no Brasil.

Bibliografia básica

BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João Henrique. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

ROSS, Jurandyr L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SCHOBENHAUS, Carlos. **Geologia do Brasil**. Brasília: DNPM, 1984.

TORRES, Fillipe T. P.; MARQUES NETO, Roberto; MENEZES, Sebastião. **O. Introdução a geomorfologia**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Coleção textos básicos de Geografia).

Bibliografia complementar

AB' SABER, Aziz Nacib. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil**. São Paulo: USP/IG, 1970.

CASSETTI, Walter. **O ambiente e a apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

GUERRA, Antonio T.; Guerra, Antonio J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Recursos naturais e estudos ambientais, 1992.

PENTEADO, Margarida. **Fundamentos de geomorfologia**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.

SGARBI, G. N.C. **Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas**. 2. ed (revista e ampliada). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VI PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório I / Créditos: 0.0.9 / Carga Horária: 135h

Ementa: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio. Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final. Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano da atividade educativa. Regência de aulas no segmento de 6º e 7º ano do ensino fundamental.

Bibliografia básica

BURIOLLA, Marta A. F. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLAR, Sonia M. V. Educação geográfica: formação e didática. In: MORAIS, E. M. B. de; MORAES, L. B. (Org.) **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de geografia**. Goiânia: NEPEG, 2010.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria. S. L. **Estágio e docência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia complementar

DIAS, Rosanne E.; LOPES, Alice C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1155-1177, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura).

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 2783327841, dez. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história, geografia. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Geografia**: ensino de quinta a oitava séries. Brasília, DF: MEC-SEF, 1998. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A Dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº. 9.394/96).

Bibliografia básica

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

CARNEIRO, Moacir A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MENESES, João Gualberto et al. **Educação Básica políticas, legislação e gestão – Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Bibliografia complementar

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 2783327841, dez. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ENRICONE, Délcia e GRILLO, Marlene (Org.). **Avaliação**: uma discussão em aberto. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LIBÂNEO, J., OLIVEIRA, J. TOSCHI, M. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Salete. **Novas ágoras**: desenhos alternativos para políticas em educação. Porto Alegre: Redes, 2008.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I / Créditos: 3.0.0 / Carga Horária: 45h

Ementa: Conhecimento científico geográfico. Teorias e métodos geográficos. Linhas de pesquisa no campo da pesquisa geográfica. Iniciação científica: projeto de pesquisa, relatório, monografia, etc. Uso de técnicas e de instrumentos.

Bibliografia básica

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico:** do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias:** um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

VELOSO, Waldir de P. **Como redigir trabalhos científicos:** monografias, dissertações, teses e TCC. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Disciplina: Geografia Agrária/ Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: História da agricultura. Correntes teóricas da Geografia Agrária. A renda fundiária. Modernização do campo/agricultura (Agronegócio/complexos agroindustriais, a “revolução verde” e a industrialização da agricultura). Reforma agrária, relações de trabalho e movimentos sociais no campo. Formação histórica do espaço agrário brasileiro. Agricultura familiar/camponesa no Brasil. A questão agrária e o meio ambiente.

Bibliografia básica

BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **A territorialidade do capital.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia:** geografia agrária no Brasil: 1930 – 1990. São Paulo: UNESP, 2002.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp. 2007.

Bibliografia complementar

CAUME, David José. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2009.

ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do. (Org.). **Reforma agrária e meio ambiente.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Org.). **Geografia agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
 OLIVERIA JUNIOR, Paulo H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro, 1989. (PTA – Projeto Tecnologias Alternativas).

Disciplina: Geografia Urbana / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Conceitos, evolução do objeto de estudo e parâmetros teórico-metodológicos da Geografia Urbana. Capitalismo, urbanização e inserções históricas. Urbanização: conceitos e dimensões de sua abordagem. O processo de urbanização no Brasil. A rede urbana e o território em questão. O espaço intraurbano nas cidades: agentes produtores, processos e formas espaciais. Temas contemporâneos das Cidades: uma aproximação às escalas regional/local.

Bibliografia básica

CARLOS, Ana F. A. de. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1997.
 CORREA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.
 SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Bibliografia complementar

CARLOS, Ana F. A. C.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
 _____. ; SOUZA, Marcelo L. de e SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contextos, 2011.
 RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
 ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo, SP: ED. Brasiliense, 2004.
 SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

VII PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório II / Créditos: 0.0.9 / Carga Horária: 135h

Ementa: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio. Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final. Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano da atividade educativa. Regência de aulas no segmento de 8º e 9º do ensino fundamental.

Bibliografia básica

PONTUSCHKA, Nídia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.). **Geografia em Perspectiva: Ensino e Pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **O estágio enquanto espaço de pesquisa: caminhos a percorrer na formação docente em Geografia**. Porto Alegre: UFRGS/PPGea, 2012.

VESENTINI, José Willian (Org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC-SEB-DICEI, 2013. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/abril-2014-pdf/15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

PAIVA, Irene Alves de; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. **Educação e realidade: interdisciplinar**. Natal, RN: EDUFRRN, 2005.

PIMENTA, Selma G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GUEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

SAMPAIO, T. V. M. Professor-Geógrafo: papel e importância profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7. 2003, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2003. p. 691-697.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**, 2000. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.

Bibliografia básica

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo dos surdos em Libras**. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar

BOTELHO, P. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Editora Autentica, Minas Gerais, 712, 1998.

FERNANDES, Eulália (Org.). QUADROS, Ronice Muller de et al. **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIMA, M. S. C. **Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. 2004, 261f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada); Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2004.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II / Créditos: 0.4.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia básica

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico:** do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias:** um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

VELOSO, Waldir de P. **Como redigir trabalhos científicos:** monografias, dissertações, teses e TCC. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Disciplina: Educação Ambiental / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Meio ambiente e desenvolvimento. Histórico da Educação ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Educação Ambiental e o Ensino de Geografia. Educação Ambiental no ambiente urbano e em Unidades de Conservação. Projetos de Educação Ambiental: Planejamento, execução e avaliação.

Bibliografia básica

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** São Paulo: Papirus, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. et al. **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável:** dimensões e desafios. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

DIAS, Genebaldo F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental.** São Paulo: Gaia, 2006.

PENTEADO, Heloisa D. **Meio ambiente e formação de professores.** São Paulo: Cortez, 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade.** São Paulo: Manole, 2004

REIGOTA, Marcos **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2009.

Disciplina: Fundamentos de Geografia Humana do Brasil / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A formação espacial brasileira. A regionalização do espaço brasileiro. A industrialização no Brasil. O processo de urbanização no Brasil. A dinâmica populacional brasileira. A industrialização brasileira. A industrialização no Nordeste. A estrutura fundiária e as novas relações de trabalho no campo. As novas relações campo e cidade. Temas da economia contemporânea brasileira.

Bibliografia básica

CASTRO, Iná Elias de. **Brasil, questões atuais da reorganização territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MOREIRA, Rui. **A formação espacial do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

Bibliografia complementar

BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARLOS, Ana F. A. C.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Telles do. (Org.). **Reforma agrária e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

VIII PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado Obrigatório III / Créditos: 0.0.9 / Carga Horária: 135h

Ementa: Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno. Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula. Atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor no local de estágio. Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final. Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano da atividade educativa. Regência de aulas no segmento de 1º a 3º ano do ensino médio.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte I – Bases legais. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF: MEC-SEB, 2000b.

CANDAUI, Vera Maria (Org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
MATHIAS, M. T. Professor de ou em Geografia? Considerações sobre a estrutura de formação de professores a partir do estágio supervisionado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7., 2003. Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2003. p. 327-333.

Bibliografia complementar

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a04v2566.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

DUARTE JR., João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação do sensível**. Curitiba: Criar, 2001.

MONTEIRO, A. M., A prática de ensino e a formação inicial de professores. In PEREIRA, S. D. (Coord.), *Ensino e formação de professores na perspectiva das licenciaturas em ciências humanas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

PERRENOUD, Philippe et al. **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?**. 2. ed. Tradução de Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Disciplina: Seminário de Conclusão do Curso de Geografia / Créditos: 0.1.0 / Carga Horária: 15h

Ementa: Finalização do Trabalho de Conclusão de Curso, após defesa realizada no período anterior (sétimo), e entrega da versão final na Coordenação do Curso de Geografia. Apresentação do TCC em evento específico.

Bibliografia básica

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

VELOSO, Waldir de P. **Como redigir trabalhos científicos**: monografias, dissertações, teses e TCC. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Disciplina: Geografia do Piauí / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: O processo de formação e evolução histórica do território piauiense. As bases naturais do território piauiense. Processo de organização político-administrativo do espaço do Piauí Desenvolvimento, território e espaço no Piauí. Visão geral da economia piauiense: planejamento e território A urbanização do Piauí e as dinâmicas recentes. Território, desenvolvimento e meio ambiente. Temas contemporâneos do território piauiense.

Bibliografia básica

MARTINS, Agenor et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3. ed. rev. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

ARAÚJO, José L. L. de (Coord.). **Atlas escolar do Piauí: geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2006.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Mons. Chaves, 2003.

Bibliografia complementar

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí: visão global**. 2. ed. rev. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

SANTANA, Raimundo. N. M. de. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras-Banco do Nordeste, 2001.

_____. (Org.). **Piauí: formação – desenvolvimento – perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

Disciplina: Geografia do Nordeste Brasileiro / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Processo sócio-histórico de formação territorial do espaço nordestino. Aspectos físicos e ambientais: caracterização, diversidade e relação humana. Políticas de intervenção do Estado brasileiro no Nordeste. O Nordeste no âmbito das novas dinâmicas territoriais e regionais no Brasil e no Mundo. As transformações na economia regional contemporânea. Novos desafios para o desenvolvimento no século XXI. Nordeste: identidade e cultura.

Bibliografia básica

ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, Coord. de Plan. Regional – Divisão de Política Espacial, 1979. (cap. 2 a 9)

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. São Paulo: Editora Civilização brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Bibliografia complementar

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 28 set. 2016.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?**, [2016?] Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. **Programa Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI**. Recife: Abril de 2006. (Versão para discussão. Documento de base 4). Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=dfcd33d2-f5b6-4de3-bf28-d303ca22510a&groupId=24915>. Acesso em: 03 jul. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. (cap. X e XI)

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Quo vadis Nordeste?** vicissitudes da questão regional no contexto do capitalismo contemporâneo. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/44941ART6%20Francisco%20Baqueiro%20Vidal.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: Cartografia Escolar/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Cartografia escolar e ensino de Geografia. As representações cartográficas. O atlas como recurso didático de referência. Cartografia tátil. O ensino de escala, fuso horário, localização e orientação.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ARCHELA, Rosely Sampaio; CALVENTE, Maria del Carmen M. H. **Ensino de geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo**. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 2008.

SANTOS, Catarina Maria dos. **A cartografia no ensino fundamental: construindo a percepção do espaço, a partir da vivência do aluno**. Teresina: 2001.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas**. 30. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Rosângela D. (Org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. (Org.). **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2008.

CAZETTA, V. Aproximações e distanciamentos entre a linguagem cartográfica e outras linguagens. **Biblio3w**, Barcelona, v.14, p. 1-14, 2009.

CRIPPA, G; LASTORIA, A. C. Um passeio pelas imagens: a Ribeirão Preto de Tony Miyasaka. **Educação Temática Digital**, v. 1, p. 1, 2010.

LESANN, J. **Geografia no ensino fundamental I**. Argvmentvm: Belo Horizonte, 2009.

SCHAFFER, N.O. et al. **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

Disciplina: Geografia Cultural / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Conceitos de cultura numa perspectiva geográfica. Cultura e civilização – o debate filosófico da relação homem X natureza. Epistemologia da geografia cultural. Tradição e renovação da geografia cultural. Cultura e espaço: conceitos de paisagem geográfica, lugar, território, região cultural e identidade territorial.

Bibliografia básica

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, [s.d].

Bibliografia complementar

CLAVAL, Paul. **A terra dos homens**. São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, [s.d].

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e cultura**, UERJ, n. 3, p. 20-32, jan./jun. 1997.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

Disciplina: Ensino sobre Cidades Créditos: 1.1.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: o ensino sobre as cidades brasileiras: aspectos sociais, econômicos, naturais. Os problemas das cidades no cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Metodologias de ensino sobre as cidades.

Bibliografia básica

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VINTRÓ, Eulália. Educación, escuela, ciudad: el proyecto educativo de la ciudad de Barcelona. In: GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignacio (Org.). **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona: Ediciones Octaedro, SL, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich [1896-1934]. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Org. por Michel Cole et al. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia complementar

CALLAI, Helena Copetti. Estudo do lugar e o livro didático no ensino e na aprendizagem da Geografia. In: CASO, Maria Victoria; GUREVICH, Raquel. **Prácticas escolares y formación de profesores**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a04v2566.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

_____. Lugares periféricos da cidade, vida cotidiana e o ensino de geografia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

GUREVICH, Raquel; CASO, Maria Victoria Fernandez Caso. Buenos Aires: itinerarios para su enseñanza. In: LANCHE, Núbia Moreno. **Ciudades leídas, ciudades contadas: la ciudad**

latino-americana como cenário didático para a enseñanza de la geografia. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Disciplina: Análise Ambiental / Créditos: 2.2.0/ Carga Horária: 60h

Ementa: Dinâmica espacial e temporal da paisagem: causas e consequências. Análise Ambiental como instrumento para a sustentabilidade. Objetos da análise integrada: meio físico, biótico e antrópico. Avaliação e interpretação de dados ambientais. Planejamento ambiental: regulação, controle e fiscalização.

Bibliografia básica

MILLER JUNIOR, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R.T. **Geoprocessamento e análise ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TAUK, S. M. (Org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unep, 1995.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CUNHA, Sandra B. **Geomorfologia e meio ambiente**. Bertrand Brasil, 2009.

PRESS, F.; SILVER, R.; GROTZINGER, J.; THOMAS, J.H. **Para entender a Terra**. Porto Alegre, Editora Artmed, 2006.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Disciplina: Geotecnologias Aplicadas ao ensino de Geografia / Créditos: 1.3.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: As geotecnologias como apoio analítico. Sistemas de Informações Geográficas. Técnicas e práticas didáticas.

Bibliografia básica

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MEIRELLES, M. S. P; CAMARA, G.; ALMEIDA, C. M. **Geomática**. Modelos e aplicações ambientais. Brasília: Embrapa, 2007.

NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

Bibliografia complementar

BLASCHKE, T.; LANG, S. **Análise da paisagem com SIG**. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

JENSEN, J.R. **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

PONZONI, F.J.; SHIMABUKURO, Y.E.; KUPLICH, T.M. **Sensoriamento remoto da vegetação**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

SOUZA, R. B. (Org.) **Oceanografia por satélites**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Disciplina: Educação Patrimonial e Ambiental / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Patrimônio cultural no Brasil e no mundo. Metodologias e a aplicabilidade da educação patrimonial. Paisagem cultural e construção da identidade.

Bibliografia básica

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

CHOAY, F. A. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Bibliografia complementar

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

GRUNBERG, Evalina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é patrimônio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: Iphan, 2013. (Caderno Temático; 3.). Disponível em: <<http://casadopatrimoniojp.com/wp-content/uploads/2013/10/Caderno-Tem%C3%A1tico-03-Parte-011.pdf>>. Acesso em 20 jan.2017.

Disciplina: Práticas de Ensino de Ciência do Solo/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Solo como componente da paisagem e sua relação com a educação ambiental. A importância da conservação dos solos e o desenvolvimento sustentável. Recursos didáticos e ensino de solos.

Bibliografia básica

LEPSCH, Igo F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

ALVAREZ, V. H. V; FONTES, L. E. F; FONTES, M. P. F. **Os solos nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado**. Viçosa, BR, SBCS/UFV, 1996.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Bibliografia complementar

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro, 1997.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

KER, João Carlos; CURI, Nilton; SCHAEFER, Carlos Ernesto; TORRADO, Pablo Vidal. **Pedologia: fundamentos**. Viçosa, 2012.

MUGGLER, Cristine Carole; ARAÚJO PINTO SOBRINHO, Fábio de Araújo; AZEVEDO MACHADO, Vinícius. Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 30, n. 4, 2006.

ARAÚJO PINTO SOBRINHO, Fábio de Araújo. **Educação em Solos: construção conceitual e metodológica com docentes da Educação Básica**. UFV, 2005.

Disciplina: Geologia Ambiental e Geodiversidade / Créditos: 1.1.0 / Carga Horária: 30h

Ementa: Fundamentos básicos do meio ambiente. Interações homem-ambiente. Estudos ambientais. Geodiversidade. Geoturismo. Patrimônio geológico. Geoparque.

Bibliografia básica

NASCIMENTO, Antonio L.; RUCHKYS, Úrsula. A.; MANTESSO-NETO, Virgílio. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

POPP, José H. **Geologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LCT Editora, 2013.

SILVA, C. R. **Geodiversidade no Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

Bibliografia complementar

BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João Henrique. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CPRM, 2003.

DREW, David. **Processos interativos homem meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sergio E do. **Geologia geral**. São Paulo: Nacional, 2001.

MANZIG, Paulo C. **O tempo geológico**. Disponível em: <<http://www.geoturismobrasil.com/REVISTA%20ARTIGOS/o%20tempo%20geol%C3%B3gico%20-%20Manzig.pdf> . Seção de Textos Geotematicos em PDF>. Acesso em: 24 jan. 2015.

SGARBI, Geraldo N. C. **Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Disciplina: Geografia Rural do Brasil / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Formação da estrutura fundiária brasileira. O rural e o urbano: uma dialética. Relações de produção e trabalho no campo. Ruralidade contemporânea. Reforma agrária e movimentos sociais no campo brasileiro: a luta pela terra. As políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.

Bibliografia básica

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; ROSA, Lucelina Rosseti. As categorias do rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). **Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros.(Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, Paz e Terra, 2004.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. Recife: UFPE, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz, 1981.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Disciplina: Geografia, Currículo e Ensino/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Teorias do Currículo. História do Currículo. Articulação entre Geografia, Currículo e Ensino. O currículo como conceito fundamental no Ensino de Geografia.

Bibliografia básica

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. Trad. Carlos Eduardo F. de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Bibliografia complementar

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: UNIJUÍ, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. 2. ed. Tradução de Irene L. Mendes e Regina Correia, Luísa S. Gil. Porto – Portugal: Porto Editora, 1999.

PAULO, Jacks Richard de. **A formação de professores de geografia: contribuições para mudança de concepção de ensino**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Disciplina: Pesquisa e Educação Geográfica/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: A articulação entre Geografia, Pesquisa e Ensino. O desenvolvimento da pesquisa em geografia e a contribuição para o ensino de Geografia. A escola como centro de excelência para estudos e pesquisas em ensino de Geografia.

Bibliografia básica

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. 2. ed. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, Papirus, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOULART, Ligia Beatriz. Aprendizagem e ensino: uma aproximação necessária à aula de Geografia. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (Org.). **O ensino de geografia: e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina: Recursos Didáticos para o Ensino de Geografia/ Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Planejamento da aula e do recurso didático. Construção do Recurso Didático. Atividade prática com o recurso didático. Possibilidades de utilização dos recursos didáticos.

Bibliografia básica

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: _____. ; CALAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor A. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2010.

Bibliografia Complementar

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: UNIJUÍ, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigo. Construir uma didática da geografia e cartografia: entre linguagem cartográfica, cultura, saberes e práticas docentes. In: CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

PONTUSCHKA, Nídia N; PAGANELLI, Tomoko I; CACETE, Núria H. Representações e linguagens no ensino de Geografia. In: _____. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

RESENDE, Márcia Spyer. **A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

Disciplina: Estudos de Clima Urbano / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Cidade e clima. Escalas geográficas do clima. O sistema clima urbano. Planejamento urbano e clima. Meio ambiente urbano e clima. Técnicas e instrumentos de pesquisa em clima urbano.

Bibliografia básica

AMORIM, Margarete Cristiane de C. Trindade; NETO, João Lima Sant'Anna; Monteiro, Ana (Org.). **Climatologia urbana e regional:** questões teóricas e estudos de caso. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **Teoria e clima urbano.** São Paulo: IGEO/USP, 1976. (Série Teses e Monografia, 25).

ZAVATTINI, João Afonso e BOIN, Marcos Norberto. **Climatologia geográfica:** teoria e prática de pesquisa. Campinas-SP: Editora Alinea, 2013.

Bibliografia Complementar

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos.** 43. ed. São Paulo: DIFEL, 1993.

FUNBEC. Projeto Brasileiro Para o Ensino de Geografia. **O Tempo e o Clima.** EDART Livraria e Editora LTDA, São Paulo, 1980.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVERIA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil.** Oficina de Textos, 2007.

_____; MONTEIRO, Carlos Augusto de F.(Org.). **Clima urbano.** São Paulo, Contexto, 2010.

STEINKE, Ercilia Torres. **Climatologia fácil.** São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

Disciplina: Geografia e Arqueologia / Créditos: 1.1.0/ Carga Horária: 30h

Ementa: Geografia e Arqueologia: conceitos e metodologias. Geoarqueologia: conceito, métodos e técnicas. Arqueologia Experimental e a Etnoarqueologia. O sítio arqueológico como espaço geográfico. A escavação arqueológica. A interpretação dos vestígios arqueológicos.

Bibliografia básica

BICHO, Nuno. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia, ambiente e planejamento.** São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

RENFREW, C.; Bahn, P. **Arqueologia:** teorias, métodos y práctica. [S.l.]: Ediciones Akal, S.A., 1993.

RUBIN DE RUBIN, J. C; SILVA, Rosiclér T. (Org.). **Geoarqueologia - teoria e prática.** Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2009, p. 71-92.

Bibliografia complementar

BROCHIER, L. L. **Controles geoarqueológicos e modelos morfoestratigráficos:** implicações para o estudo das ocupações pré-históricas na costa sul-sudeste do Brasil. 2009. 129f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Hilton; CARVALHO, Cláudia (Org.). **Nossa origem.** O povoamento das Américas: visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

SOUZA, C. R. G.; SUGUIO K.; SANTOS, A. M.; OLIVEIRA, P. E. **Quaternário do Brasil.** Ribeirão Preto: ABEQUA / Holos Editora, 2005.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do quaternário e mudanças ambientais (Passado + Presente = Futuro ?).** São Paulo: Paulo's Editora, 2001.

TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus, 2004.

Disciplina: Antropologia Cultural - Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Ementa: Caracterização da Antropologia, histórico de seu desenvolvimento e de seu objeto de estudo, levando em conta os aspectos biológico e cultural. Conceito de cultura, etnocentrismo, relativismo e diversidade cultural.

Bibliografia básica

HOEBEL, E. A. **Antropologia cultural e social**. São Paulo: Cultrix, 2006.

MARCONI, M. A. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2009.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia complementar

AUGRAS, Monique. **O que é Tabu**, São Paulo. Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. 4 ed. São Paulo. Brasiliense, 1991.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 1991.

SANTOS, José Luís dos . **O que é cultura**. 9. ed. São Paulo, Brasiliense. 1989. (Coleção Primeiros Passos).

ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo, Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

11 METODOLOGIA DE ENSINO

3.4.1 Metodologia de ensino

O curso terá caráter presencial e prevê as duas dimensões de alternância formativa integradas: o *tempo-escola* e o *tempo-comunidade*. As atividades tempo-escola serão realizadas nos meses de julho/ agosto e janeiro/ fevereiro, além de encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-escola.

O restante dos dias letivos será destinado às atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade, a serem realizadas no espaço sócio-profissional do aluno, onde ele deverá refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão será concretizada em sala de aula, a cada retorno, para as atividades de tempo-escola, onde serão discutidas e socializadas.

As do tempo-comunidade ocorrem no próprio espaço sócio-profissional do aluno, onde ele é incentivado a refletir, juntamente com os colegas e a comunidade,

sobre problemas levantados no âmbito das disciplinas ministradas no tempo-universidade, para levantar hipóteses acerca das soluções possíveis.

Trata-se de um curso regular presencial especial, ofertado para os professores da rede pública de ensino, em exercício, que ainda não possuem formação adequada, que tem como objetivo a formação de professores capacitados para exercerem funções de magistério na Educação Básica.

A implantação deste currículo não deve limitar-se à operacionalização de um arranjo de conteúdos em disciplinas, devendo ir além da matriz curricular. Isto quer dizer que a questão fundamental não é a formalização de novos conteúdos, mas de uma nova mentalidade face aos objetivos do próprio Curso, o que deve estar ligado a sua função social. Portanto, o essencial é uma postura teórico-metodológica diante da própria disciplina e, portanto, frente ao processo social..

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma prática docente comprometida com a formação sociopolítica, cultural e ética. Isto é, os profissionais estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional. E, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel em efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor dos alunos. A metodologia de ensino consta de quatro dimensões, a saber:

11.1 Opções teórico-metodológicas

- Trabalho pedagógico com foco na formação de professores, fundamentado na realidade educativa da educação básica e na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento profissional, como forma de favorecer a gestão democrática no exercício da docência;
- Sólida formação teórico-metodológica, em todas as atividades curriculares, permitindo a construção da autonomia docente;
- Desenvolvimento de pesquisas em todas as dimensões educacionais, investigando o cotidiano escolar e social; pesquisa geográfica.
- Desenvolvimento de habilidades comunicativas, tendo a relação dialética professor/aluno como norteadora do trabalho pedagógico.

Essas opções são delimitadas pelas seguintes dimensões epistemológicas e profissionalizantes:

- **Dimensão epistemológica:** refere-se às bases filosóficas que orientam as disciplinas e, de modo geral, a formação docente em Geografia. O curso de Licenciatura em Geografia proposto neste PPC propõe desenvolver uma base crítica e propositiva para as problemáticas presentes no cotidiano formativo, que se volte à aprendizagem dos conhecimentos geográficos e que viabilize condições de pensar na construção de um pensamento cidadão.
- **Dimensão profissionalizante:** diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer docente em suas dimensões pedagógica, didática, ética, política, social e das que se fizerem necessárias, conforme o contexto formativo.

11.2 Ensino-aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem na formação inicial do professor de Geografia deve ocorrer com base nos objetivos propostos neste PPC. Ressalta-se que os contextos particulares à educação geográfica referentes à educação básica devem receber a devida atenção.

Desse modo, o processo de ensino-aprendizagem pauta-se nos saberes docentes necessários para o profissional de Geografia, dentre os quais se tem: a formação inicial, formação continuada e a pesquisa. Estes propiciam os conhecimentos científicos necessários para ensinar conteúdos da Geografia escolar. Há, também, os saberes relativos às vivências pessoais, pois não é possível desvincular as experiências de vida do docente do seu modo de ensinar. Ainda, há os saberes pedagógicos ou os que se relacionam aos fundamentos teóricos-metodológicos da didática; e, por fim, os saberes da experiência como profissional, os quais se pautam na reflexão da prática docente (CAVALCANTI, 2012; KHAOULE, 2012).

Igualmente, a eficácia do processo de ensino-aprendizagem dependerá do comprometimento dos alunos para com o curso; das estruturas física, burocrática e pedagógica; do apoio às atividades de qualificação profissional dos docentes formadores; dos incentivos e demais condições necessárias que são da competência da UFPI.

Nesse processo de ensino-aprendizagem, cabe destacar que, no curso de Licenciatura em Geografia, deve-se priorizar uma articulação constante entre as diferentes disciplinas dessa graduação e delas esperar a construção de conhecimentos que remetam à prática pedagógica na escola básica, sem esquecer-se da produção do conhecimento científico em abordagens diferentes, que ampliem a compreensão do espaço geográfico.

Assim, a ciência geográfica em diferentes escalas de análise tem como guisa o entendimento das relações entre o homem, a sociedade e a natureza, não se abstraindo em particularidades, mas sim, procurando estabelecer as conexões necessárias à formação de um professor que assuma sua identidade e profissionalização docente. Isso deve acontecer sem perder de vista que a qualidade na formação inicial na graduação representa a qualidade na educação básica, onde o aluno egresso do curso de licenciatura trabalhará.

11.2.1 O papel do aluno

Aos alunos cabe o princípio da cooperação, para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça com desenvoltura. Essa cooperação acontece quando compartilham suas experiências de vida, leituras, estudos, pesquisas, trabalho em equipe e, de maneira especial, a atenção dada à condução das aulas pelo professor mediador e às suas propostas de trabalho, orientação e avaliação. Tal atenção permitirá a elaboração de problemáticas, pesquisas e outras contribuições que poderão ser direcionadas para o aprimoramento da aprendizagem individual e dos seus pares.

É papel do aluno pesquisar buscar aprender conhecimentos que possam ajudá-lo a contribuir para a Geografia escolar, de acordo com os princípios interdisciplinares, de forma contextualizada, a fim de organizar, investigar, gerenciar e produzir conhecimentos em âmbito escolar, em escalas diferentes e, quando for possível, participar de eventos científicos e publicar seus trabalhos.

O aluno também precisa compreender que o ensino na universidade deve ser coerente, de modo a possibilitar as condições necessárias para os egressos que queiram cursar programas de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado). Nesse contexto, a pesquisa está subjacente e torna-se um instrumento de ensino, capaz de elaborar problemáticas, discussões e resultados que sirvam aos estudos geográficos e à vida cotidiana.

Nessa medida, cabe ao aluno do curso de Geografia dar atenção às seguintes prerrogativas:

- Analisar os conhecimentos geográficos, incorporando-os ao processo de ensino-aprendizagem;
- Compreender as relações entre a produção do espaço e a sociedade de acordo com as categorias de análise geográficas (espaço, lugar, território, região, paisagem e outras);
- Entender as diferenças, similaridades, relações e outros saberes que estão presentes em diferentes lugares e, especificamente, articular os conhecimentos geográficos do Piauí nas escalas nacional e mundial;

- Desenvolver pesquisas capazes de discutir conhecimentos geográficos, com o uso, quando necessário, das tecnologias disponíveis para a elaboração e análise de mapas e imagens digitais e outros documentos cartográficos, matemático-estatísticos;
- Participar de trabalhos de campo em diferentes disciplinas do curso de Geografia para ser capaz de desenvolver tal prática quando estiver exercendo a docência na educação básica;
- Entender como contribuir para a elaboração de projetos educativos e de gestão na educação básica que necessitem dos conhecimentos geográficos para a sua efetivação.

11.2.2 O papel do professor

Entende-se que o professor formador prima pelas concepções teórico-metodológicas que sustentem sua prática didática. Complementarmente, insere em seu trabalho a perspectiva da análise reflexiva acerca das experiências dos alunos que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, os professores formadores realizarão sua mediação didática com vistas à construção do conhecimento científico, associados aos valores sociais, morais, éticos, culturais e outros que estejam diretamente ligados à ciência geográfica.

O professor do curso de Licenciatura em Geografia tem diante de si constantes debates de temáticas relativas aos estudos geográficos, às mudanças no espaço geográfico e, principalmente, uma vasta literatura que consolida a ciência geográfica, das quais se destacam: os conhecimentos geográficos acadêmicos, os conhecimentos relativos à prática docente e os que são construídos pela Geografia escolar. Esse aporte teórico-metodológico viabiliza o ensino preocupado com a qualidade dos que serão formados como professores de Geografia.

Ao professor formador caberá:

- A tarefa de pensar sobre o currículo de cada uma das disciplinas que ele ministra e a relação que elas desenvolvem com o curso de licenciatura;
- Estudar sobre os conhecimentos que fundamentam os principais conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, criteriosamente, selecionar os temas a serem discutidos e pesquisados, na condição de compreender e explicar aos futuros professores a importância dos mesmos;
- Estimular a pesquisa, o trabalho de campo, o uso das tecnologias disponíveis, a criticidade e o trabalho em equipe, para que os futuros professores possam desenvolver do mesmo modo na educação básica;

- Com base no diálogo coerente com a realidade da coletividade dos alunos, refletir constantemente sobre sua prática docente, no intuito de aprimorá-la.

12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação perpassa por três aspectos: a avaliação institucional, a avaliação da aprendizagem do ensino de Geografia e a avaliação do PPC.

12.1 Avaliação Institucional

A Lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, no artigo 3º, estabelece as dimensões para a Avaliação Institucional em âmbito nacional, respeitando a realidade de cada instituição. O Programa de Auto avaliação da UFPI adota como elementos norteadores do seu processo avaliativo a análise destas dimensões conforme suas especificidades. Constituem as dimensões institucionais:

- A missão e o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- A política para o ensino, a pesquisa, a Pós-Graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão;
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à Reitoria e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia do autoavaliação institucional;

- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

12.1.1 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- Avaliar a eficácia e a efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna, faz-se necessário realizar ações de caráter específico, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:

- O Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- A política de formação acadêmico-científica, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos estudantes;
- As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;

- A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.

12.2 Desenvolvimento Metodológico

12.2.1 Contextualização do Objeto de Avaliação

Para definir a metodologia do Programa de Avaliação Interna da UFPI, foi considerado o resultado da auto avaliação realizada pela comissão anterior no período, cujo trabalho foi pautado nos indicadores sugeridos no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e pelo conjunto de indicadores que balizou a criação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O trabalho avaliativo na UFPI prevê duas dimensões articuladas para sua execução: política e técnica. A dimensão política compreende a avaliação interna e externa. A avaliação interna se constitui na análise crítica das ações realizadas nos diversos segmentos da UFPI, tendo como foco a participação da comunidade universitária. A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica para que outros segmentos externos à Instituição participem do exame da prática universitária.

A dimensão técnica possibilita a análise crítica dos dados quantitativos e qualitativos para reconhecer as diferenças, valorizar aspectos específicos, explicar situações, bem como atribuir e buscar sentido acadêmico e pedagógico. A adoção dessas dimensões tem a finalidade de manter a UFPI em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a construção de uma nova identidade para esta Instituição, conforme os paradigmas contemporâneos.

12.3 A Avaliação da aprendizagem no curso de Geografia

A avaliação da aprendizagem no curso de Geografia terá caráter processual e será realizada no decorrer das atividades relativas ao ensino-aprendizagem de cada disciplina. Ela terá caráter diagnóstico, formativo, qualitativo e somatório, com resultados apresentados ao término de cada disciplina.

Será fundamentada na Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012. A resolução, em seu Art. 102, aponta que a avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob a forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros

instrumentos constantes no Programa de disciplina.

Sobre o desempenho dos graduandos, cada professor tem autonomia para escolher as formas de procedimento para avaliar, contudo, será considerado aprovado o aluno que, ao final do semestre, obtiver média geral mínima de 7,0 pontos ou 6,0 pontos em Exame final. O graduando precisa ter no mínimo 75% de frequência (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular, caso contrário, será reprovado por faltas. Ainda, o estudante será considerado reprovado se obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais.

Espera-se dos estudantes que ao finalizar a sua formação consigam articular conhecimentos que são transversais aos conhecimentos geográficos, como os estabelecidos pela portaria INEP nº 493 de 06 de junho de 2017, a saber: ética; democracia e cidadania; cultura e arte; responsabilidade social; multiculturalismo; violência e tolerância/intolerância; inclusão/exclusão e de relações étnico-raciais; relações de trabalho; ciência, tecnologia e sociedade; inovação tecnológica; tecnologias de informação e comunicação. Tais conhecimentos apresentam-se diluídos nas disciplinas optativas, na prática pedagógica interdisciplinar e nos projetos de extensão.

A mesma portaria estabelece outros conhecimentos que já fazem parte deste currículo para o curso de Geografia, os quais são: globalização; política internacional; processos migratórios; vida urbana e vida rural; meio ambiente; políticas públicas: educação, saneamento, saúde, transporte, segurança; defesa das questões ambientais e sociodiversidade.

Cabe destacar que os professores formadores podem cultivar o exercício de refletir sobre a sua prática docente, o que implica em retomar constantemente o pensamento sobre o que aprendeu, o que os alunos têm a compartilhar, que conhecimentos está construindo e no que pode confrontar de conhecimentos adquiridos com outros que se fizeram necessários para o que se deverá fazer em práticas docentes futuras.

Paralelamente, os discentes do curso de Geografia, ao término de cada disciplina, devem avaliar o desempenho do professor, através de um formulário *on line*. A finalidade dessa avaliação é pensar sobre seus indicadores como uma estratégia para compartilhar entre os pares as experiências vivenciadas e pensar coletivamente sobre a prática docente.

A avaliação do PPC acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ela servirá como norteador de tomada de decisão para continuidade das ações ou para mudanças quando o resultado não for satisfatório.

Portanto, pretende-se ao término e/ou início de cada período letivo reunir o NDE e os professores do curso de Geografia para avaliarem as políticas implementadas para a educação

básica e as repercussões para a formação de professores, ao mesmo tempo conceber as possíveis atualizações para este currículo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AIRES, Joanes A. Integração curricular e interdisciplinaridade: sinônimos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 215-230, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/9930/11573>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). **Edital N° 19/2018**, Brasília, DF, 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Portaria N° 1.570 de 21 de dezembro de 2017. Brasília, DF, 2017a.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2017b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP N° 1, de 9 de agosto de 2017. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP n° 2, de 1° de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2017c.

_____. Presidência da República. Resolução CNE/CP N° 02/2015, 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda

licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 jul. 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**: Subsidia os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação da organização acadêmica (presencial), Brasília, 2015.

_____. Programa Nacional de Educação (PNE 2014/2024) instituído pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Programa Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014a.

_____. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. **Relatório de Gestão DEB 2009 – 2014**. Brasília, 2014b.

_____. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. **Relatório de Gestão (2009-2013)**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Decreto nº 6755 de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 30 jan. 2009. 2009a.

_____. Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009. Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 12 fev. 2009. 2009b.

_____. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Programa de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 04, de 15 de maio de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo Nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

_____. Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 15 abr. 2004.

_____. Resolução CNE nº 02/02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, formação plena, para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 04 mar. 2002a.

_____. Resolução CNE/CES Nº 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Geografia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002b.

_____. Resolução CNE/CES Nº 14 de 13 de março de 2002. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Geografia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002c. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 10 set. de 2012.

_____. Resolução CNE/CP Nº1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. **Diário Oficial da União**, DF, 4 mar. 2002d.

_____. Lei Nº 10.172, de 08 de janeiro de 2001. Aprova o Programa Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 09 jan. 2001a.

_____. Parecer CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Geografia e outros cursos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jul. 2001b.

_____. Resolução CNE nº 01/02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001c.

_____. Parecer CNE/CP Nº 027/2001. de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, à linha C do Parecer CNE/CP nº09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais da Educação Básica, em nível superior, Cursos de Licenciatura de Graduação Plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001d.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer 009/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001e.

_____. Parecer Nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30 de julho 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 03 ago. 1999a.

_____. Resolução Nº. 02, de fevereiro de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999a.

_____. Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999b.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores**. Brasília: MEC/SEF, 1999c.

_____. Parecer nº 4, de 29 de janeiro de 1998: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 30 jan. 1998a.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF,

ano 134, n. 248, p. 2783327841, 21 dez. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Estatuto da Fundação (FUFPI). Portaria MEC N° 180, de 05 de fevereiro de 1993. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 08 fev. 1993.

_____. Estatuto da Fundação (FUFPI). Aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1978a.

_____. Portaria MEC N° 453/78, de 20 de maio de 1978. Altera o Estatuto da Universidade Federal do Piauí. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 02 jun. 1978b.

_____. Decreto N° 72.140, de 26 de abril de 1973. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Piauí. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 27 abr. 1973.

_____. Lei Federal N° 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 14 nov. 1968.

_____. Decreto N° 54.038, de 23 de julho de 1964. Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, de Teresina, Estado do Piauí. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 28 ago. 1964.

_____. Decreto N° 43.402, de 18 de fevereiro 1958. Autoriza o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1958.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CEPRO, Fundação. **Anuário Estatístico do Piauí**. Teresina, v. 14, p. 1-534, 2005.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CUNHA, Maria Isabel da. A formação de professores como problema: natureza, temporalidade e cultura. **Cadernos de educação**, Pelotas, FaE/UFPel, n. 27, p. 55-71, jul/dez. 2006.

IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=22>. Acesso em: 04 fev. 2018.

_____. **Bases Cartográficas em Shapefiles**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default.shtm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria N° 493, de 06 de junho de 2017. Dispõe que a prova do Enade 2017 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

_____. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância.** Brasília, 2015. Disponível em < www.portal.inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em: 20 set. 2017.

KHAOULE, Anna Maria Kovacs. O estágio Supervisionado e suas contribuições na formação do professor de Geografia. In: BENTO, Izabella Peracini; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de (Org.). **Formação de professores: pesquisa e prática pedagógica em Geografia.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

NÓVOA, Antônio. (Coord.). **Os professores e sua formação.** 3. ed. Portugal: Dom Quixote, 1997.

PIAUI. **Demanda de Formação de Professores da Educação Básica no PIAUI– Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2007.** Teresina: Secretaria de Educação do Estado do Piauí, 2007a.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Geografia,** Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007b.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 220/2016,** de 28 de setembro de 2016. Define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI. Teresina: UFPI, 2016.

_____. **Resolução N° 76/15,** de 09 de junho de 2015. Regulamenta o programa de monitoria da UFPI, 2015. Teresina: UFPI, 2015.

_____. **Programa de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.** Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/PDI%20%202015-2019_UFPI_Reformulado_Versao%20Final_docx\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/PDI%20%202015-2019_UFPI_Reformulado_Versao%20Final_docx(1).pdf). Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 027/2014.** Transformou em Departamento de História. Teresina: UFPI, 2014.

_____. **Resolução N° 177/2012,** de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução N° 278/11.** Teresina: UFPI, 2011.

_____. **Resolução N° 83/07.** Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Teresina: UFPI, 2007a.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia - UFPI.** Teresina, 2007b.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 115/05.** Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI, Teresina: UFPI, 2005a.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 032/05**. Estatuto da Universidade Federal do Piauí, de 10 de outubro de 2005b.

_____. **Resolução nº 109/04**. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Teresina: UFPI, 2004a.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 38/04**. Altera a Resolução 199/03. Teresina: UFPI, 2004b.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº 199, de 20 de novembro de 2003. **Estabelece as normas gerais do Estágio Obrigatório e institui a sua duração e carga horária**. Teresina: UFPI, 2003.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 45/99**, de 16 de dezembro de 1999. Teresina: UFPI, 2000.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Nº 15/99**, de 25 de março de 1999. Teresina: UFPI, 1999a.

_____. **Estatuto da UFPI**. Teresina: Edufpi, 1999b.

_____. **Regimento Geral da UFPI**. Teresina: Edufpi, 1999c.

APÊNDICE A - Fluxograma do Curso de Licenciatura em Geografia (Currículo 9 – Integral: Manhã e Tarde; Currículo 10 - Noturno)

